



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Inês Silva Morais

**A PROXIMIDADE COMO VALOR-NOTÍCIA
NO JORNALISMO REGIONAL
O CASO DIÁRIO DE COIMBRA**

Relatório de Estágio do Mestrado em Jornalismo e Comunicação, orientado pelo Professor Doutor João José Figueira da Silva, apresentado ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Junho de 2023

FACULDADE DE LETRAS

A PROXIMIDADE COMO VALOR-NOTÍCIA NO JORNALISMO REGIONAL O CASO DIÁRIO DE COIMBRA

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Relatório de Estágio
Título	A proximidade como valor-notícia no jornalismo regional
Subtítulo	O caso Diário de Coimbra
Autora	Inês Silva Morais
Orientador	João José Figueira da Silva
Júri	Presidente: Doutora Maria Clara Moreira de Almeida Santos
	Vogais:
	1. Doutor José Carlos Costa dos Santos Camponez
	2. Doutor João José Figueira da Silva
Identificação do Curso	2º Ciclo em Jornalismo e Comunicação
Área científica	Jornalismo
Especialidade/Ramo	Profissional
Data da defesa	18-julho-2023
Classificação do Relatório	15 valores
Classificação do Estágio e Relatório	16 valores

1 2



9 0

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Agradecimentos

Um primeiro agradecimento a toda a redação do Diário de Coimbra por me ter acolhido tão bem durante o período de estágio e por me ter aberto as portas numa altura em que duvidava se seria possível concretizar o meu sonho de ser jornalista. Um agradecimento em particular e muito especial à Ana Margalho, chefe de redação, por toda a dedicação, paciência, sinceridade e disponibilidade em me transmitir tantos e tão bons valores nesta missão de ser jornalista num meio regional. Ao João Luís Campos, orientador de estágio, pela oportunidade, pela disponibilidade e pelos ensinamentos.

Agradeço ao meu pai, a minha mãe e irmã pelo apoio incondicional em todos os momentos e decisões que tomei na vida e por nunca me deixarem desistir apesar dos obstáculos que foram surgindo nesta caminhada.

Ao meu namorado, Filipe, pelas palavras de encorajamento e por não me deixar desistir, pelo companheirismo, pelo amor e paciência ao longo destes anos.

Na impossibilidade de enumerar todos, deixo um agradecimento especial aos meus amigos de Coimbra pelos anos de companheirismo e amizade.

Por fim, uma palavra de agradecimento ao meu orientador, professor João Figueira, pelo acompanhamento prestado, pelos conselhos e pela ajuda na execução deste relatório.

Resumo

A proximidade como valor-notícia no jornalismo regional –

O caso Diário de Coimbra

O jornalismo regional tem sofrido as consequências de uma forma mais intensa das sucessivas crises do jornalismo. Por se tratar de um jornalismo mais fragilizado, mais débil e com um menor número de leitores em relação aos *media* nacionais, importa refletir sobre as suas características mais distintivas e como é que elas podem trazer uma nova perspetiva sobre estes *medias*.

Neste trabalho refletimos sobre o valor-notícia da proximidade como valor fundamental para a produção de conteúdos jornalísticos virados para as comunidades de território “esquecidos” pelos órgãos de comunicação social nacionais. Territórios onde são os jornais regionais e locais que dão a informar o que se passa naqueles locais, as festas, os eventos, os problemas e os crimes, acompanhando a realidade e a atualidade onde os jornais regionais podem ter um papel fundamental e fulcral no dever e no direito de informar os cidadãos, trazendo ao público um jornal que seja reflexo da realidade social, económica e política de determinada região.

E se a participação dos cidadãos e o exercício de uma verdadeira cidadania tivesse como alavanca os jornais regionais? De que maneira é que um jornal pode dinamizar essa participação no debate público? Estas foram algumas questões para as quais tentámos encontrar uma resposta. Contudo, a realidade do jornalismo regional é muito complexa e tem vindo a piorar com o desaparecimento de centenas de publicações em todo o país. Este fenómeno designado por Deserto de Notícias na literatura leva-nos a refletir sobre a necessidade de se criar uma estratégia nacional para os *media* que tenha em vista a capacidade de criar e manter os jornais regionais com o intuito de existir um pluralismo de órgãos de comunicação social.

Posteriormente, tendo como base um período de estágio na redação do Diário de Coimbra refletimos sobre a realidade de um órgão de comunicação regional que se tem mantido ativo e como uma referência no jornalismo regional no nosso país.

Palavra-chave: Jornalismo Regional, Proximidade, Participação, Deserto de Notícias, Diário de Coimbra

Abstract

Proximity as a news value in regional journalism- The Diário de Coimbra case

Regional journalism has suffered the consequences more intensely due to the more successive crises in journalism. As it is a more fragile, weaker journalism with a smaller number of readers than the national media, it is important to reflect on its most distinctive characteristics and how it can bring a new perspective on these *media*. In this work, we reflect on the news value of proximity as a fundamental value for the production of journalistic content aimed at communities in territories “forgotten” by the national *media*. The Territories where regional and local newspapers provide information about what is happening in those places, parties, events, problems and crimes, accompanying reality and current affairs, regional newspapers can play a fundamental and central role in the duty and the right to inform citizens, bringing to the public a newspaper that is a reflection of the social, economic and political reality of a given region.

What if citizen participation and the exercise of true citizenship were leveraged by regional newspapers? How can a newspaper boost this participation in the public debate? These were some of the questions we tried to find an answer to. However, the reality of regional journalism is very complex and has been getting worse with the disappearance of hundreds of publications across the country.

This phenomenon is called News Desert, which leads us to reflect on the need to create a national strategy for the *media* that aims at the ability to create and maintain regional newspapers to have a pluralism of social communication.

Subsequently, based on a period of internship in the editorial office of Diário de Coimbra, we reflect on the reality of a regional communication organ that has remained active and as a reference in regional journalism in our country.

Keywords: Regional Journalism, Proximity, Participation, News Desert, Diário de Coimbra

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 – Jornalismo Regional	3
1.1 Conceito de Jornalismo de Proximidade	3
1.2 A proximidade como característica fundamental do jornalismo regional	5
1.3 Características dos jornalistas dos <i>media</i> regionais	8
1.4 Principais diferenças entre imprensa regional e imprensa nacional	10
Capítulo 2 – Dificuldades do exercício jornalístico no âmbito regional	12
2.1 Desafios da proximidade.....	12
2.2 Relação com as fontes	14
2.3 Dificuldades financeiras no jornalismo regional	16
2.4 Constrangimentos no exercício do jornalismo regional	20
2.5 Um país deserto de notícias	22
Capítulo 3 – Transição do jornalismo para o online	26
3.1 A mudança do paradigma do jornalismo regional	26
Capítulo 4 – O digital e o surgimento de novos espaços de participação	31
4.1 A internet como um novo mundo de possibilidades para o jornalismo regional	31
4.2 A participação (ou não) do cidadão no exercício jornalístico	33
4.3 A multiplicidade de vozes no espaço público como entrave à mediatização da informação	37
4.4 A individualidade da informação e os constrangimentos ao debate de ideias	39
Capítulo 5 – O Diário de Coimbra	41
5.1 Breve história do Diário de Coimbra	41
5.2 Organização da redação do jornal	43
5.3 O meu estágio na redação do Diário de Coimbra	45

5.3.1 O dia a dia em redação	48
5.3.2 Os desafios e as conquistas do estágio curricular	49
5.4 Os meus trabalhos mais significativos	52
5.4.1 “UC investe 200 mil euros em obras no edifício da AAC” (20 de outubro de 2021)	53
5.4.2 UC pode vir a perder mais de um terço dos docentes até 2030 (25 de novembro de 2021).....	54
5.4.3 “Compra de bilhetes gera confusão e longas filas junto à Praça da Canção” (23 de outubro de 2021)	55
5.4.4 “Auto-testes quase esgotados em farmácias e grandes superfícies” (1 de dezembro de 2021)	56
5.4.5 “Coimbra é cenário de “A Bela América” o novo filme de António Ferreira” (30 de novembro de 2021).....	57
5.5 Considerações finais	58
Conclusão	60
Referências Bibliográficas	64
Anexos	68
Anexo 1	69
Anexo 2	70
Anexo 3	71
Anexo 4	72
Anexo 5	73

Introdução

O jornalismo tem suportado e ultrapassado diversos obstáculos ao longo da sua existência, porém, intensificaram com o aparecimento da internet e com a consequente transição de conteúdos jornalísticos para o meio online, colocando ao dispor toda a informação a um público mais vasto e de forma gratuita.

O modelo de negócio assente nas contribuições dos assinantes e da publicidade deixou de ser rentável com o aparecimento da internet e de novas possibilidades de consumo de notícias e a economia de muitos meios de comunicação social tornou-se frágil e vulnerável às sucessivas crises, procurando um novo modelo de negócio que correspondesse à nova era tecnológica onde o consumo de conteúdos passou a ser realizado no digital.

Se os grandes meios de comunicação social conseguiram implementar novos modelos ou sobreviver às grandes transformações do século XXI, na maior parte dos casos de jornais regionais não foi possível a mesma flexibilidade, sendo que muitos deles mantêm até hoje o mesmo modelo de negócio anterior à internet, como o caso do Diário de Coimbra, sob o qual nos iremos debruçar mais à frente.

Numa era cada vez mais global, saturada de informação e de conteúdo, onde as fronteiras entre a verdade e a mentira se vão atenuando é importante discutir a relevância e a importância do jornalismo nas sociedades contemporâneas.

Tendo em conta o fenómeno da globalização que atravessa todas as esferas do quotidiano de cada um de nós, importa refletir sobre a importância de encontrar fatores de proximidade com a realidade que nos rodeia através de informação produzida por meios de comunicação focados no meio regional e local.

Claro está que não é suficiente ter um meio de comunicação social ou vários meios de comunicação que estejam fragilizados economicamente, transpondo-se no enfraquecimento da qualidade de informação.

Nesse sentido, os órgãos de comunicação social regionais têm a obrigação de manter um elo com as comunidades, com os seus costumes, tradições e cultura, fortalecendo os laços de pertença, de integração e de proximidade multidirecional, fazendo com que o público se identifique com o conteúdo mediatizado pelo meio de comunicação social, incentivando à sua participação mais ativa.

Este relatório de estágio pretende refletir sobre este conceito de “proximidade” como característica fundamental para o exercício do jornalismo regional e local que apesar de ainda ser

pouco estudado tem sido alvo de investigações e estudos no espaço académico e na investigação do jornalismo em Portugal.

O meu estágio curricular no Diário de Coimbra realizado no âmbito do Mestrado em Jornalismo e Comunicação foi o ponto de partida para desenvolver este trabalho sobre o jornalismo regional que pretende ser uma reflexão sobre as dificuldades do exercício jornalístico regional que passam pela ausência de novas formas de investimento que sustentem a atividade de um jornal e da falta de um novo modelo de negócios que seja sustentável no meio digital.

Partindo da exploração do conceito de proximidade como valor-notícia característico do jornalismo regional, seguiu-se uma reflexão mais aprofundada sobre como é que o conceito de proximidade pode ser uma especificidade do jornalismo regional, ao mesmo tempo, que se pode constituir como um dos constrangimentos ao exercício independente do jornalismo.

Deste modo, tornou-se importante pensar sobre as relações dos jornalistas com as fontes de informação locais, uma vez que a demasiada proximidade pode trazer efeitos nefastos na qualidade e na independência em relação aos poderes locais e governamentais. Para além disso, as dificuldades financeiras de uma grande fatia das empresas jornalísticas regionais tendem a “catalisar” este tipo de situação.

Perante a realidade dos *media* regionais é inevitável pensar acerca das consequências para o jornalismo e de que forma afetam uma sociedade que se quer democrática, pluralista e aberta à discussão, para a qual o jornalismo é imprescindível. Deste modo, são muitos os investigadores que se debruçaram sobre a participação dos cidadãos e como é que essa participação é (ou poderia ser) uma ferramenta disponível nos *media* locais.

Contudo, as dificuldades financeiras e as duas “crises” vividas nos últimos anos, levaram muitos jornais a fechar as portas, tendo como consequência um grande número de concelhos em todo o país, onde a inexistência de um órgão de comunicação social é uma realidade, designando-se este fenómeno por “deserto de notícias”.

Por fim, apresentarei os aspetos mais relevantes e as dificuldades sentidas ao longo do estágio curricular no Diário de Coimbra que contribuiu em muito para o meu processo de aprendizagem como futura jornalista.

Capítulo 1 – Jornalismo Regional

1.1 Conceito de Jornalismo de Proximidade

O jornalismo de proximidade continua a ser um campo de difícil definição apesar de existirem uma série de características que se associam a este tipo de jornalismo que o distingue do jornalismo feito a nível nacional, por exemplo. Para este trabalho importa perceber o domínio, o significado e a versatilidade deste conceito de proximidade no jornalismo.

Neste âmbito, a proximidade trata-se de um conceito complexo dentro do campo jornalístico, sobre o qual muitos autores se debruçaram, contudo, destaca-se o contributo de Carlos Camponez ou de Miguel Midões.

Carlos Camponez sublinha a “transversalidade, a polissemia e, conseqüentemente, a opacidade com que é utilizado nos diferentes domínios” (Camponez, 2012, p.35).

Dentro do jornalismo e do seu exercício, o conceito de proximidade como valor-notícia remonta aos primeiros estudos realizados com o intuito de estabelecer quais são os valores que conduzem e designam uma notícia como tal ou que estão na origem da transformação de um dado acontecimento em notícia. Hoje, sabemos que quanto mais próximo, no seu sentido mais lato, acontecer algo, maior a probabilidade desse acontecimento ser notícia, portanto, a proximidade é um dos valores-notícia que guiam a produção de notícias.

Nelson Traquina, na sua obra “Teorias do Jornalismo”, debruçou-se sobre quais seriam os critérios que conduzem a seleção, a construção e a divulgação de notícias, designando-se por valores-notícia. O autor considera a “proximidade” como um dos critérios fundamental para o jornalismo, “sobretudo em termos geográficos, mas também em termos culturais” (2005, p.80)

Segundo Traquina, a proximidade é fundamental para designar o que é notícia num dado local e os acontecimentos que não o são num outro sítio, frisando o aspeto geográfico como característica fundamental para o tratamento jornalístico. Porque o jornalismo tem diferentes ângulos de abordagem consoante o local onde está inserido. Assume que esta proximidade tem em determinados contextos leituras diferentes, por exemplo, dependendo da nossa “proximidade” ou afastamento a uma dada cultura.

Deste modo, considera-se que além da proximidade geográfica, existe a proximidade cultural que explica uma cobertura mediática diferenciada de desastres, guerras, catástrofes ou situações políticas que se tornam mais ou menos relevantes consoante o país onde ocorrem. “Um acidente de viação com duas vítimas mortais em Cascais poderá ser notícia num jornal de Lisboa,

e possivelmente, mas com maior dificuldade, num jornal do Porto, mas dificilmente num país estrangeiro” (Traquina, 2005, p.81), exemplifica o autor.

Isto significa porque é que o público “vê, ouve e lê notícias com mais interesse e até preocupação quando se trata de assuntos que lhes sejam mais próximos” do que uma notícia sobre uma cidade diferente da sua ou até de um país mais distante.

De facto, a proximidade de uma dada notícia dá a capacidade de entender melhor um determinado acontecimento próximo em detrimento de outro que seja de um outro local do globo.

E, nesse sentido, Carlos Camponez afirma que o critério de proximidade é adotado, muitas vezes, como “valor estratégico” pelos próprios órgãos de comunicação social, uma vez que, dentro do jornalismo, pode ser visto como “valor-notícia orientador dos critérios noticiosos do jornalista”, como também pode constituir-se como um “produto comercial” (Camponez, 2012, p.35).

O conceito de proximidade assume várias dimensões complexas dentro do jornalismo, seja ele produzido no âmbito regional ou no âmbito nacional. Para além da proximidade geográfica tantas vezes defendida por diversos autores para explicar os critérios de noticiabilidade há também a dimensão psico-afetiva, socioprofissional ou sociocultural. Tal como Carlos Camponez explica no artigo “Jornalismo regional: proximidade e distâncias. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo” (2012), os órgãos de comunicação social aproveitam estas mesmas dimensões para explorar o público de massas, com o objetivo de criar um laço relacional com os cidadãos.

É, por isso, utilizado, muitas vezes, como uma ferramenta para desenvolver o sentimento de proximidade para com os públicos de massas, ao construir uma sensação de “pertença” e de intimidade com a criação de conteúdos que apelam à componente mais emocional e psico-afetiva do público (Camponez, 2012, p.36).

Para Miguel Midões (2021) “fazer reportagem de proximidade” é uma “dualidade: envolvimento (emocional até) e, simultaneamente, distanciamento”. O autor refere que a maior dificuldade é manter o equilíbrio entre a proximidade e o distanciamento, tantas vezes, requerido ao jornalista, quando se trata de assuntos mais locais e longe dos holofotes da comunicação social nacional.

Para este relatório importa entender e explorar as características do conceito de proximidade inserido no contexto do jornalismo regional, onde a proximidade é uma característica fundamental para o exercício deste jornalismo.

Quando falamos de uma proximidade geográfica, entramos no campo de ação e de exploração de um jornalismo, predominantemente, regional e local, uma vez que é natural direcionar a produção de notícias tendo em vista a população de um dado território, região ou

bairro, fragmentando públicos e criando “nichos” de mercado mais ou menos vastos no território. Contudo, não podemos negar que a proximidade é uma característica própria do jornalismo, de um modo geral.

Carlos Camponez debruçou-se sob o jornalismo de proximidade, nomeadamente, alocado ao caso dos órgãos de comunicação social regionais. Para isso, é importante entender e decifrar o significado do conceito, nomeadamente, no caso da imprensa regional. Na obra “Jornalismo de Proximidade”, o autor sublinha a ideia de imprensa regional apoiando-se em três conceitos: território, comunicação e comunidade.

Na sua visão, assume a definição de jornalismo regional, partindo do conceito de “pacto comunicacional” que tem como meio de difusão as “comunidades de lugar”, ou seja, “comunidades que se reconhecem com base em valores e interesses construídos e recriados localmente” (Camponez, 2012, p.36). Ou seja, os jornais regionais ou locais focam o seu trabalho jornalístico numa dada comunidade com as suas tradições, cultura, contexto político e socioeconómico, características essas que são muito próprias de um dado local e que não se repetem em mais lado nenhum território do mundo.

Deste modo, podemos refletir sobre a ideia de uma relação muito próxima entre quem produz notícias e quem consome esse mesmo conteúdo jornalístico, sendo que esta relação intrínseca entre o órgão de comunicação social e a comunidade se intensifica no meio regional e local.

Contudo, nem todos os autores concordam que a proximidade é um conceito restrito ou utilizado com maior ênfase no jornalismo regional e local, porque de acordo com Chaparro, citado por Camponez (2012) “não existe ‘jornalismo de proximidade’”, porque segundo o mesmo autor a proximidade é uma “componente inevitável e importante no jornalismo”, acrescentando que a “proximidade é um atributo essencial de noticiabilidade”, seja no âmbito nacional, seja no âmbito mais local ou regional.

1.2 A proximidade como característica fundamental do jornalismo regional

Tal como muitos autores defendem, o conceito de proximidade está intrinsecamente ligado ao exercício de um jornalismo regional e local. Para refletir sobre o jornalismo regional, torna-se fulcral tentar entender esta relação simbiótica entre a ideia de proximidade e do jornalismo regional.

A definição de Jornalismo Regional está inscrita no Estatuto da Imprensa Regional, conforme o decreto-lei n.º106/88, designando a imprensa regional como

todas as publicações periódicas de informação geral, conformes à Lei de Imprensa, que se destinem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redatorial a factos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, diretamente ou por interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive o autárquico

Ainda no mesmo decreto, o artigo 2 refere especificamente as funções da imprensa regional e entre as seis alíneas destaca-se a primeira onde refere que se deve “promover a informação respeitante às diversas regiões, como parte integrante da informação nacional, nas suas múltiplas facetas”. Tal como o nome indica, a imprensa regional deve tratar os assuntos locais e “assegurar às comunidades regionais e locais o fácil acesso à informação”.

Carlos Camponez (2002) refere que a especificidade da imprensa regional reside “na forma como trabalha, como procura e constrói essa relação de proximidade e de identificação com os seus públicos”. Este autor considera

a especificidade da imprensa regional resulta do seu compromisso específico, do seu pacto comunicacional com um território que não pode deixar de representar um recorte parcial de um espaço mais vasto. Trata-se, portanto, de um jornalismo de proximidade, fundamentalmente comprometido com a sua região e com as suas gentes (Camponez, 2002, p. 273).

Neste sentido, Pedro Brinca no artigo “Jornalismo de proximidade e participação. Por uma dieta equilibrada de informação, contra a fast-information”, inserido no livro “Ágora - Jornalismo de Proximidade” (2012) defende que o caminho da imprensa local e regional é o de produzir um trabalho que seja verdadeiramente útil à região onde atua.

Dando como exemplo o “Setúbal na Rede”, Pedro Brinca explica que este jornal além de informar, organizava debates, conferências, seminários, eventos culturais, publica livros e afins,

promovendo assim projetos e iniciativas com o intuito de divulgar as potencialidades da região. Esta ideia de um jornalismo ativo interliga-se com a ideia de um espaço público de debate e discussão que é promovido pelo próprio órgão de comunicação social regional com o objetivo de informar e dinamizar a discussão do público sobre questões sociais, políticas, económicas e sociais de uma dada comunidade. Deste modo, pretende-se promover a proximidade entre o jornal impresso com a comunidade e a proximidade dos cidadãos face aos desafios e discussões que dizem respeito a todos.

Por sua vez, para João Correia (s.d) no artigo “*Jornalismo regional e cidadania*” denomina o jornalismo regional como aquele que produz informação causando no leitor um “sentimento de pertença” na identificação de uma dada região e num espaço público comum a uma comunidade.

Para João Figueira (2020), o “jornalismo regional pontua o mundo visto a partir do seu posto de observação, com os recursos que (não) possui e com as suas idiossincrasias”.

Manuel Fernández Areal (1997), citado por Camponez (2012), declarava que nestes *media* regionais o “jornalismo é mais humano e mais verdadeiramente social”. Já o seu público é, segundo o mesmo autor, “enormemente ativo” que, por sua vez, “informa, recrimina, aceita, valora, aplaude ou censura de forma eficaz”. Na visão do mesmo autor, a informação produzida no local é “mais pluralista” porque tem a “oportunidade de representar mais diretamente a sociedade” onde se difunde.

Retoma-se assim a ideia de que produzir notícias nos meios regionais supera a realidade da massificação que caracteriza os grandes órgãos de comunicação social, porque nos jornais regionais o foco é nas suas comunidades que têm características próprias e nos desafios de uma dada região.

Contudo, Correia (s.d), questiona se a imprensa regional tem “virtualidades” suficientes para se constituir como esse tal “espaço público”. Mas sublinha que já que o jornalismo se tornou industrializado e mercantilizado, poderá ser vantajoso recuperar o estabelecimento de uma relação entre o projeto regionalista e a ideia de interatividade presente no jornalismo regional com o intuito de constituir um espaço de debate.

De facto, esta ideia demonstra por si a importância de existir um olhar atento sobre as características e a realidade do jornalismo regional face às problemáticas que surgiram aquando do jornalismo de massas e têm afetado de uma forma preocupante o jornalismo no seu todo.

Segundo João Correia (s.d) há características jornalísticas pré-industriais que sobrevivem na comunicação social regional que “não devem ser absolutamente descartados como se tratassem apenas e só de puros anacronismos”. Desde logo, os jornais regionais que têm sobrevivido ao longo das crises, têm mantido características e valores mais rigorosos do que os jornais que se sucumbem

ao sensacionalismo, à rapidez do conteúdo online e ao não aprofundamento das questões jornalísticas.

1.3 Características dos jornalistas dos *media* regionais

Se falamos de um jornalismo com especificidades próprias de um contexto que se preza pela proximidade aos acontecimentos, às fontes e à cultura de uma região, temos também de refletir sobre quem são os jornalistas que trabalham nestes meios de comunicação social regionalistas e o que os distingue das práticas jornalísticas nacionais.

O número de jornalistas regionais é normalmente mais reduzido, tendo em conta que o número de órgãos de comunicação social no universo dos meios regionais tem diminuído ao longo das últimas décadas, devido às dificuldades em sobreviverem num contexto fragilizado (Correia et al., 2014, p.50). As rotinas de trabalho, as interações com as fontes, com os poderes e com os próprios cidadãos são consideravelmente diferentes de um jornalista que trabalhe num meio nacional.

Quando nos debruçamos acerca do jornalismo regional e de proximidade, falamos necessariamente de um jornalismo que olha para o seu público considerando que tem um nome, uma morada, o jornalista sabe quem são os seus leitores e aquilo que esperam do conteúdo informativo que é veiculado num dado meio de comunicação regional.

E não se pode negar que o veículo para esta proximidade entre o jornalismo, no seu sentido mais lato, e o público são os jornalistas, porque são eles que todos os dias saem da redação e estabelecem contacto com o público, com os poderes locais e aquele que tem um olhar atento sobre a região, as suas especificidades e problemáticas. Pode-se afirmar que apesar de haver características que são comuns a todos os jornalistas como profissionais, há condições que distinguem o jornalista que trabalha num meio de comunicação social regionalista e aquele que trabalha no panorama nacional.

Segundo Christian Sauvage (s.d), citado por Carlos Camponez (2012), há um conjunto de características próprias que o autor destaca como sendo identitárias de um jornalista regional e que são marcas distintas deste profissional em relação a outros tipos de jornalistas.

Tal como é de esperar, o jornalista regionalista é alguém que está “enraizado” na sua região e que devido ao seu trabalho de proximidade é um cidadão que mantém um contacto quase quotidiano com os cidadãos, por essa razão, tem a capacidade de se envolver em vários assuntos que fazem parte da esfera pública e do interesse público.

É no âmbito regional que “os jornalistas estão mais próximos das instituições, privam mais facilmente com os seus representantes em contextos informais, alimentando uma relação para melhor acederem às informações” (Amaral, 2006, p.40).

Contudo, por outro lado, a vantagem da proximidade às fontes e ao público acarreta consigo uma preocupação maior quando o jornalista se depara com polémicas ou escândalos, uma vez que a tendência é evitar essa divulgação para não “quebrar” os laços relacionais, preservando assim as suas fontes.

De facto, importa salientar que uma das particularidades deste tipo de jornalismo é que os próprios “fabricantes” de notícias são pessoas preocupadas com as consequências do seu trabalho e do seu comentário. Um outro aspeto que importa destacar é a solidariedade sentida entre colegas de profissão em comparação com os colegas da imprensa nacional.

Em “Jornalismo na Região Centro” (2020), Ricardo Morais, Pedro Jerónimo e João Carlos Correia levaram a cabo um trabalho de análise dos media regionais, tendo como ponto de partida um inquérito realizado junto de jornalistas dos jornais e rádios da região centro, assim como dos leitores e ouvintes desses órgãos com o intuito de perceber de perto aqueles que continuam a trabalhar num setor de proximidade. Apesar do inquérito ter sido realizado anteriormente à pandemia que assolou o mundo e afetou de uma forma inquestionável os órgãos de comunicação social mais pequenos e, por consequência, mais frágeis. De facto, este trabalho ao contactar diretamente com jornalistas de diversos meios regionais, traz para o campo de análise uma perspetiva mais realista das dificuldades deste setor, mas também procura apontar soluções para esses mesmos problemas.

Segundo o inquérito, a imprensa escrita é a área, dentro do jornalismo, predominante entre os participantes. Os autores referem que a “distribuição enquadra-se naquilo que é o perfil habitual daquele que trabalha numa redação de *media* regionais. É alguém que escreve, mas que também fotografa e frequentemente - no caso da imprensa – também assume a paginação (grafismo)” (Morais et al., 2020). Com o aparecimento da internet e aposta no online, no caso dos *medias* nacionais, os jornalistas tiveram de aprender a funcionar com novas ferramentas, contudo, nos *media* regionais, além do foco no online, muitas vezes, são os jornalistas que desempenham várias funções devido, por vezes, à falta de recursos humanos. “Acumular é a palavra de ordem nos *media* regionais (...)” (Morais et al., 2020).

Desde as dificuldades das rotinas profissionais ao perfil dos jornalistas, os três autores debruçaram-se também sobre temáticas como o vencimento, porque é “questão crítica na vida dos jornalistas” (Morais et al., 2020). Segundo a análise do inquérito realizado, a resposta mais comum entre os participantes foi de que a remuneração mensal líquida se situava entre os 500 euros aos

700 euros, um valor abaixo ou igual ao salário mínimo nacional, dando ênfase às condições financeiras pouco sustentáveis dos jornalistas portugueses.

Ainda dentro da temática da precariedade dentro da classe jornalística que é uma realidade a nível nacional, os investigadores inseriram no seu questionário as razões que levaram o jornalista ponderar mudar de carreira e o “baixo rendimento” foi uma das razões mais apontadas.

No âmbito regional e quando falamos, principalmente, em órgãos de comunicação social com uma dimensão e alcance mais reduzido, o jornalista é responsável por produzir as notícias, de tirar fotografias ou vídeos, de editar, de publicar no site ou redes sociais e, por vezes, é o mesmo profissional que é responsável pela paginação do jornal. Ou seja, a realidade é de um jornalismo multifacetado, onde a falta de recursos financeiros obriga os profissionais a aceitarem múltiplas tarefas que num outro meio seria distribuído por outros profissionais especializados, como a fotografia e a paginação do jornal impresso.

1.4 Principais diferenças entre imprensa regional e imprensa nacional

Primeiramente, importa ressaltar que durante muitos anos, o jornalismo regional não era um alvo de estudo por parte dos académicos de forma isolada. Entende-se hoje que o jornalismo local tem características únicas que o distingue do jornalismo feito a nível nacional (Silva et al. 2017). Desde logo, o compromisso que conduz o jornalismo regional é para com região e com os cidadãos desses territórios (Camponez, 2002).

É a partir dos *media* regionais que os cidadãos conseguem obter mais informações sobre as suas localidades e região, sendo um “eixo fundamental” no fortalecimento da ligação simbólica que cada um de nós pode ter com um determinado local (Quintanilha, et al., 2018).

Sobre a imprensa regional, Juliana Ribeiro (2004, p.4) sublinha que existe quase um “processo natural de identificação do leitor com o jornal”, porque é no jornal local que, independentemente da linha editorial, o leitor se vai identificar mais e onde vai encontrar os assuntos que mais lhe interessam.

Esse poderá ser o primeiro ponto que distingue o jornalismo regional e jornalismo nacional: a imprensa nacional tende a centralizar o seu conteúdo informativo nas grandes cidades, no caso de Portugal, falamos de notícias que têm como ponto central os acontecimentos em Lisboa e no Porto, já os *media* regionais focam o seu exercício jornalístico à sua área territorial onde é difundido.

Quintanilha (2018) assume que este poderá ser uma das razões para que o volume de circulação dos títulos regionais, apesar de diminuírem, não estão tanto em declínio como as

publicações do âmbito nacional que têm reduzido, significativamente, o número de tiragens, o número de páginas e de audiências.

Uma vez que os cidadãos que estão fora desses grandes centros urbanos, preferem comprar um jornal que se dedique a relatar o que se passa na sua vila ou cidade, invés de ler notícias cujos temas se debruçam sobre questões e problemáticas com as quais não se identifica devido ao distanciamento.

Segundo estudos, como a realização de um inquérito da ERC sobre “Jornais Regionais: A posição no mercado e interpretação de perfis de utilização”, cujos resultados estão expostos no artigo “A Imprensa Regional Portuguesa Como Pequeno Bastião da Imprensa Tradicional no País”, mostra que mais de 37% dos profissionais inqueridos concorda que “o consumidor do jornal regional é mais fiel do que o consumidor do jornal de alcance nacional”.

Isto demonstra que os meios regionais, apesar das dificuldades, conseguem manter uma relação de mais proximidade com os seus leitores, do que os meios nacionais, apesar destes terem quase sempre mais ouvintes, leitores e espectadores.

Podemos afirmar que as diferenças entre a imprensa nacional e a imprensa regional é o conteúdo veiculado, contudo, o modo de trabalho, as ferramentas disponibilizadas pelo órgão de comunicação social e, por sua vez, o uso da tecnologia são diferenças bem vincadas, na maioria dos casos.

Segundo Pedro Jerónimo (2017, p.88), é na imprensa regional onde encontramos “alguma resistência à inovação ou à adição e integração da tecnologia” (p.88). Na visão do autor, esta resistência ao uso da tecnologia deve-se, ao facto, da imprensa regional existir há décadas, contando com inúmeros jornais centenários, explicando assim as rotinas profundamente enraizadas. A produção de conteúdo prioriza os meios tradicionais, demonstrando-se avessa à mudança, mesmo que os hábitos dos leitores se tenham alterado com os tempos (ibidem).

Apesar disso, em situação de crise económica, como aquela que tem atravessado o jornalismo nas últimas décadas, a função da “imprensa regional funciona segundo as mesmas lógicas da imprensa de âmbito nacional” (Correia, 2014, p.16).

Capítulo 2 – Dificuldades do exercício jornalístico no âmbito regional

2.1 Desafios da proximidade

Se, por um lado, a proximidade se tornou numa das características mais identitárias do jornalismo regional e um dos princípios fundamentais desta imprensa. Por outro lado, importa refletir sobre as consequências da proximidade em demasia dos jornalistas perante a comunidade, perante os poderes e perante as fontes. A proximidade em demasia pode, muitas vezes, distorcer a visão do jornalista que tende a perder a capacidade de olhar a realidade com um olhar distante, objetivo e imparcial.

A proximidade é uma característica que pode contribuir para uma “prática jornalística menos ativa, sob o ponto de vista da investigação, correspondendo a uma “construção noticiosa maioritariamente agendada pela própria esfera institucional” (Amaral, 2006, p.40).

Coelho (2004) citado por Vieira (2014) salienta exatamente a ideia de que aos jornalistas compete garantir que mantém a sua independência jornalística para que tenha capacidade e liberdade para questionar as elites locais e o próprio poder local quando devem ser questionadas, mesmo que isso acarrete consigo alguma “tensão e conflito”, conseguindo assim trazer ao debate público as problemáticas e os assuntos verdadeiramente importantes numa sociedade local, eliminando assim traços de autoritarismo dessas elites e poderes locais (Vieira, 2014, p. 44). Quando o jornalista deixa de colocar as perguntas mais difíceis passa a ser um veiculador de informação destas elites ou dos poderes locais e compromete o seu papel na comunidade.

Neste contexto de proximidade, Amaral (2006) refere que esta é uma forma do próprio jornalista ganhar um “certo estatuto social” numa comunidade onde é importante constituir relações com as elites, com os poderes locais e com os quais mantém um contacto com o intuito de dar visibilidade ao seu trabalho, mas também ao órgão de comunicação social para o qual trabalha. Em locais, vilas ou cidades com menos população, muitas das vezes, tendo apenas um meio de comunicação social, é mais provável que o jornalista que aproveite do seu estatuto com o objetivo de conseguir mais destaque e relevância no meio.

Sobre isto Vieira, acrescenta:

Assistimos, assim, a uma rede de influências e controlos por parte as elites nos meios de comunicação social regionais, que persistem em manter e promover o estado natural das coisas, para que não seja veiculada uma opinião pública racional, capaz de pôr em causas as suas ações e o seu papel na comunidade (Vieira, 2014, p.43)

A autora explica, apoiando-se na tese de Habermas (2003), que as “fontes de informação dominantes detêm mais peso na narrativa jornalística” quanto maior for o seu poder social, político ou económico em relação aos jornalistas. Ou seja, os atores do espaço público ligados às autarquias, instituições, organismos oficiais ou grupos empresariais sabem que é desse modo que conseguem “controlar” as notícias que saem nos meios de comunicação social. Contudo, do lado dos jornalistas também existe uma necessidade de se relacionarem fora do círculo público, privando em contextos mais informais para alcançarem informações que necessitam (Vieira, 2014).

No contexto regional, a escassez de recursos, a falta de apoio financeiro e a ausência de uma redação completa e experiente são, muitas vezes, uma realidade. E estas são algumas das razões que prejudicam e são a razão para que o trabalho jornalístico seja por si também deficitário ao nível de conteúdo produzido e, por sua vez, a sua qualidade. Em meios regionais com redações reduzidas, os jornalistas saem pouco à rua, contactam pouco e indiretamente com as suas fontes e, deste modo, acabam por ficar “agarrados” à secretária, onde o trabalho jornalístico passa apenas pela transcrição de press releases. Seja pela falta de recursos financeiros ou recursos humanos o jornalismo de investigação fica de fora da equação das rotinas profissionais.

Pedro Brinca (2012) alertava para o facto de existir redações em comunidades locais que, muitas vezes, funcionam sem qualquer jornalista. Funcionando apenas num regime de copiar e colar textos a partir dos comunicados de imprensa que começaram a chegar via e-mail com o aparecimento da internet. Esta foi uma das consequências da transição para o digital nos *media* e, nesse sentido, muitos jornais passaram a redigir notícias apenas a partir de comunicados de imprensa, o que, segundo o autor, levou ao questionamento quanto ao contributo destes jornais para a sociedade, designando os jornalistas como “pé de microfone”, acríticos, passivos, incultos e que procuram “não ser inconveniente para os diferentes agentes de poder”.

Curran e Seaton (2001) citado por Amaral (2012) referem que um dos problemas da proximidade é, efetivamente, a proximidade entre publicidade e informação nos conteúdos veiculados nos meios, onde existe uma linha ténue entre estes dois formatos.

Por outro lado, as “notícias-política” não são mais do que informações escritas pelos assessores, conselheiros ou membros do poder com o intuito de integrar essas “pseudo-notícias” na imprensa. Sobre este fenómeno Curran e Seaton consideram que a imprensa regional é mais vulnerável a este tipo de situação por causa dos constrangimentos explicados anteriormente:

redações reduzidas, demasiada proximidade com os poderes locais e governamentais, jornalistas pouco qualificados.

2.2 Relação com as fontes

No exercício jornalístico, reconhece-se a existência de uma dimensão social e cultural necessária na obtenção de informação, de factos e de outras perspetivas além da do jornalista que observa um dado acontecimento. Podemos dizer que o jornalismo não existe sem ter fontes que lhe possa dar a informação, a visão, o olhar e o ouvido de quem testemunhou determinado acontecimento. As fontes são importantes quando o jornalista não está no local e na hora certa de um determinado acontecimento, aliás a maior parte das vezes o jornalista não vai estar à hora certa no lugar certo e, por isso, precisa destas “testemunhas” que sejam capazes de lhe relatar os factos.

Nesse sentido, a origem da informação no jornalismo tem uma dimensão complexa socialmente e muito importante no que respeita ao modo como o conteúdo informativo é escrito e chega aos leitores, podendo ser imparcial, factual e sem cair na tentação de ser um meio de divulgação de mensagens que não zelam pelo bem comum e pela verdadeira informação do interesse público.

Segundo Vítor Amaral (2006):

Estão em causa duas concepções sobre a origem da agenda jornalística: ou ela provém maioritariamente da procura autónoma do próprio jornalista ou, pelo contrário, corresponde às lógicas dos líderes, organizações políticas, instituições ou grupos de pressão que constituem as fontes de informação dominantes (p.25).

Com isto, podemos destacar que o jornalista pode ter de recorrer a um cidadão que lhe transmite a sua “visão” sobre determinado acontecimento, mas, por outro lado, pode optar por recorrer às fontes oficiais, institucionais e mais formais.

Segundo Mauro Wolf (1987) e Rogério Santos (2003) citados por Vitor Amaral, as fontes são determinantes para aferir a qualidade da informação, mas também são uma característica fulcral para o exercício do jornalismo.

Uma fonte, segundo a conceção de Rogério Santos citado por Amaral, pode definir-se como “atores observados e entrevistados pelos jornalistas, no sentido de prestarem informação ou

sugestão noticiosa, enquanto membros e representantes de grupos de interesses organizados ou não” (p. 25).

Deste modo, podemos afirmar que as fontes são uma parte fundamental do processo de construção de notícias, por isso, é importante refletirmos sobre se existe a capacidade do próprio jornalista negar a influência dos poderes governamentais, locais, económicos e políticos nos conteúdos que estes poderes querem veicular através dos *media* (Amaral, 2006).

Quando falamos de jornalismo feito no âmbito mais local e regional é ainda mais importante perceber que relações estes jornalistas locais traçam com as suas fontes. Num contexto onde a proximidade é uma das características essenciais para a produção de conteúdo jornalístico, essa mesma proximidade que se pode verificar nas diferentes dimensões deste tipo de jornalismo também pode caracterizar as relações que os jornalistas têm com as suas próprias fontes de informação.

Claro está que a necessidade de fontes oficiais faz parte do trabalho do jornalista. Apesar disso, Miguel Midões (2021) defende que, por exemplo, no caso das reportagens locais, deve existir uma “fuga às fontes oficiais e institucionais”, para dar prioridade à “voz do povo”, aquele que deve ser o rosto das histórias locais e regionais que o jornalista pretende contar, colocando de lado os discursos “mais formais”.

Como já vimos anteriormente, os *media* regionais podem ser mais suscetíveis a este tipo de influência dos poderes que veem nos órgãos de comunicação social uma “plataforma” para difundir informações do seu interesse e não do interesse dos cidadãos. Não podemos descurar que possa existir este tipo de relações em órgãos de comunicação sociais regionais “ainda com tiques de caciquismo, dependente e cúmplice dos vários poderes, nomeadamente político e económico”, alerta Vítor Amaral.

O autor acrescenta que mesmo em redações regionais mais profissionais não está descartada a hipótese de existirem influências a tomar em consideração relativamente a determinados discursos dominantes em prol do interesse dos cidadãos.

Sobre isso afirma:

Desta relação de interesses mútuos, diluídos no processo de difusão, que se faz muita da informação que chega ao leitor e cujos contornos de motivação mediática raras vezes são percecionados pela simples leitura. Há uma rede estável de fontes, maioritariamente institucionais, que alimenta as necessidades de cobertura informativa da qual se alimenta todo e qualquer órgão de informação (Amaral, 2006, p.27).

Numa redação de um órgão de comunicação social regional, como no âmbito nacional, o jornalista necessita de construir uma rede de fontes confiáveis, com as quais estabeleça uma relação para alcançar as informações que necessita para o seu trabalho jornalístico. Contudo, do outro lado da questão existem, muitas vezes, instituições de poder que têm como trabalho “negociar” a informação que seja mais favorável ao seu trabalho.

Para muitos autores esta relação entre jornalista e fonte assenta num conceito de confiança que se vai construindo ao longo da vida nas relações que os jornalistas traçam com pessoas que se vão cruzando na vida, como qualquer cidadão.

Mário Mesquita (1998) citado por Vítor Amaral (2006) sublinha que o êxito profissional do jornalista poderá estar relacionado com o bom ou mau relacionamento que trava com as personalidades e instituições mais relevantes de uma determinada região, conseguindo assim obter informações antes de todos os outros profissionais.

2.3 Dificuldades financeiras no jornalismo regional

As dificuldades financeiras de muitas empresas detentoras de órgãos de comunicação social intensificaram-se nos últimos anos. Em primeiro lugar, aponta-se a diminuição das receitas que anteriormente, provinham da publicidade, como uma das razões para a crise que o jornalismo ainda atravessa. À qual se acrescenta uma redução drástica do número de pessoas interessadas em pagar uma subscrição ou assinatura de um jornal, nomeadamente, regional. Deste modo, as fontes de receitas que eram rentáveis para as empresas de *media*, de algum modo com o aparecimento da internet, deixaram de ser sustentáveis.

“Nas últimas décadas, por uma série imprevisível de razões que acabaram por se combinar, o jornalismo se tornou cada vez menos interessante como negócio”, (Mick et al, 2021).

Se a Internet abriu um mundo de oportunidades com a proliferação da informação, com a possibilidade de introduzir ferramentas audiovisuais aos conteúdos informativos, abriu ainda portas para que a participação dos cidadãos se tornasse possível, como poderemos refletir mais à frente. Por outro lado, os modelos de negócio anteriormente sustentáveis financeiramente para os meios de comunicação social deixaram de o ser por diversas razões.

Primeiramente, as receitas provenientes da publicidade nos jornais impressos não eram suficientes para garantir a sobrevivência do negócio da imprensa escrita (neste caso, importa debruçarmo-nos sobre este tipo de imprensa, uma vez que a rádio e a televisão funcionam perante outro tipo de modelo de negócio e têm outras especificidades).

Com o aparecimento da internet, os meios nacionais e regionais também fizeram o seu caminho de transposição de conteúdos, que eram anteriormente pensados para o jornal impresso e sujeito a pagamento por parte dos leitores, para a internet onde esses conteúdos passaram a ser de livre acesso e onde ainda não existe um modelo de negócio sustentável, uma vez que as empresas como a Google ou a Microsoft controlam as receitas dos anúncios.

Esta “oferta” de notícias de forma gratuita a partir do momento de órgãos de comunicação social decidiram migrar para a internet trouxe consigo novas discussões quanto ao pagamento por acesso à informação, pelos apoios do Estado à imprensa regional ou ainda sobre novos modelos de negócio.

Apesar da ausência de dados mais atuais, o estudo de 2014 realizado pela Entidade Reguladora para a Comunicação (ERC), designado por “Públicos e Consumos de *Media*” apresenta uma realidade acerca do panorama nacional do consumo de *medias*, mas para este trabalho importa refletir sobre os números preocupantes sobre o panorama regional.

O inquérito envolveu 625 utilizadores de internet que consomem notícias e à questão acerca do pagamento de notícias online a resposta foi a que já se esperava. A esmagadora maioria, 99% dos inquiridos, respondeu que “não” pagava para ter acesso a informação através da internet.

Este será certamente um dos dados mais preocupantes para as organizações de notícias, pois revela que pagar para ter notícias online está ainda muito longe de fazer parte dos hábitos de consumo de notícias da esmagadora maioria dos públicos portugueses (ERC, 2014, p.50)

Na apresentação destes números, o referido estudo faz uma comparação com os dados recolhidos pela Reuters Institute que dá conta que “um em cada dez inquiridos pagou para aceder a conteúdos noticiosos”, ou seja, 11% dos inquiridos pagou no último ano (2014) por notícias, no âmbito europeu. Apesar de ser um número bastante reduzido, mostra uma disponibilidade diferente para a questão do pagamento por notícias online (*ibidem*).

Um outro dado relevante para esta discussão é o facto de a disposição para pagar por conteúdos jornalísticos é maior se falarmos de jornais impressos. 18% dos inquiridos responderam que na última semana anterior à realização do questionário pagaram por jornais impressos.

Nesse sentido, podemos concluir que se esta realidade nacional é preocupante, quando falamos dos *media* regionais a situação é de estado crítico.

Sobre o tipo de notícias que espoletam interesse nos inquiridos, apenas 22% respondeu que procura notícias sobre a sua região e 18% respondeu que procura por notícias locais.

Neste estudo, em comparação entre países verifica-se que “as notícias de proximidade (locais e regionais), tendem a ser mais importantes nos restantes países do que em Portugal” (ERC, 2014, p. 22).

A falta de leitores dos jornais regionais e a falta de cidadãos que estejam interessados em pagar para ter acesso a informação de qualidade têm sido uma das razões para o declínio financeiro das empresas jornalísticas locais e regionais, nomeadamente, que ainda não encontraram um modelo sustentável financeiramente que substitua o modelo que perdurou até ao aparecimento da internet. Aliás, se esse modelo já tivesse sido encontrado, não estaríamos a refletir sobre as dificuldades dos *media*.

Perante esta dificuldade que, como já referimos, não é de agora, que medidas é que o Estado tem implementado para contrariar esta tendência? E será que o Governo deverá ser o “salvador” dos *media* em Portugal? Que apoios tem dado para garantir a continuidade de projetos jornalísticos, sendo este um dever seu?

Sobre os possíveis apoios governamentais e a estratégia nacional para fortalecer os meios de comunicação sociais, no âmbito nacional e regional, Ferreira (2005) diz:

Se ficarmos apenas pelo exercício do poder nos últimos detentores da tutela do sector, percebemos que raramente houve uma ideia clara - uma política, enfim - sobre o que fazer para criar no país condições para o desenvolvimento sério de jornais locais e regionais, equilibrando quantidade e qualidade (p.153).

Acrescentando ainda sobre este tema:

É, obviamente, mais cómodo – e politicamente mais interessante – distribuir subsídios. Mas isso não faz, como temos vindo a notar, uma política. Mais: tende a prejudicar quem investe com seriedade em projetos jornalísticos, porque mantém artificialmente o que naturalmente o mercado rejeitaria (p.153)

Sobre os apoios governamentais à imprensa regional, as opiniões dividem-se entre os defensores de um apoio financeiro fortificado aos meios regionais para que continuem a ter capacidade de crescerem e assim captarem mais leitores. Contudo, muitos autores como Ferreira (2005) sublinha que os apoios criados até agora não têm tido qualquer resultado palpável, como, por exemplo, o aumento de leitores e em consequência o número de tiragem que seria de esperar.

Recuando alguns anos, teremos de refletir sobre os efeitos do porte pago e o seu fim nos *media* regionais, uma vez que este era um apoio financeiro aos *media* regionais para responder aos custos da distribuição dos jornais que de outra forma, seriam suportados pelos leitores ou pelas próprias empresas de *media*.

“O porte pago é um dos mais conhecidos apoios diretos do Estado, neste caso, exclusivo à imprensa local e regional, com o objetivo de permitir que haja mais pessoas a ler os jornais com menos custos” (Amaral, s.d., p. 51).

Contudo, em 2004, a discussão acerca do porte pago levantou grandes questões acerca da sua verdadeira funcionalidade neste aumento de leitores. O autor constata que “o porte pago, em vez de incentivar a leitura e aumentar o número de leitores, fez aumentar o número de títulos”.

No entender do Governo, que, mais tarde, decidiu ajustar os critérios para a atribuição do porte pago, a visão de privilegiar a quantidade em prol da qualidade motivou a manutenção de um “regime de incentivos desajustados” (Amaral, s.d). O autor sublinha que “o porte pago a 100 por cento permitiu, durante anos, que jornais amadores tivessem a distribuição postal toda paga, com dinheiro dos contribuintes, mantendo-se sem apostar na profissionalização das suas redações e na qualidade do produto informativo”. Na realidade, os jornais eram distribuídos gratuitamente, por assinantes e não assinantes sem que houvesse exemplares à venda nas bancas locais. Segundo Ferreira, o porte pago a 100% fazia com que houvesse muitos jornais que apenas mantinham uma relação com os seus anunciantes e não com os seus leitores, como seria de esperar, distribuindo gratuitamente os jornais.

Face a esta realidade, em 2002, o Governo decidiu então, apesar a contestação da esmagadora maioria dos *media* regionais, ajustar os valores de porte pago de 100% para 60% a 80% consoante o número de tiragens, leitores e o número de jornalistas profissionais na redação.

Anos mais tarde, em 2007, cerca de 160 jornais perderam o apoio do porte pago para a distribuição nacional, ou seja, metade das 398 publicações regionais que recebiam este apoio e que acabaram por perder o apoio por não reunirem as condições necessárias estabelecidas.

Por outro lado, vários autores defendiam esta medida como “mitigação da desvantagem competitiva da imprensa regional em termos da sua menor atratividade na captação de investimento e, por consequência de receitas publicitárias” (Quintanilha, et al. 2018). Esta seria uma medida necessária para que várias publicações regionais se conseguissem manter num meio com poucos leitores e anunciantes.

Em 2006, discutia-se o fim do porte pago para as publicações regionais. A decisão de terminar com o apoio não foi uma decisão tomada de ânimo leve e a contestação foi muita. Muitos argumentavam que o fim do porte pago iria acabar com aquelas publicações regionais e de

pequenas dimensões que só continuavam a sobreviver porque dependiam deste apoio financeiro imprescindível à sua circulação.

Além disso, representantes de associações do âmbito regional lamentavam que muitos leitores, principalmente da comunidade emigrante, deixariam de poder ter acesso ao jornal da sua região, cidade, ou vilas e assim perderiam o contacto com as notícias que só teriam acesso através dos jornais locais

Ferreira sublinha que o estado atual da imprensa regional e local se deve, para além de possíveis más medidas implementadas, à ausência de uma estratégia nacional pensada para o crescimento e desenvolvimento de uma imprensa regional que seja forte financeiramente e que tenha como pressuposto o exercício de um jornalismo local e regional de qualidade e que preste um verdadeiro serviço público às populações dos territórios de baixa densidade.

2.4 Constrangimentos no exercício do jornalismo regional

Quando falamos de um jornalista inserido num meio regional, podemos aferir que a relação entre este e os poderes locais pode estar condicionada, tendo em conta as condições de trabalho e a dificuldade em afirmar a sua autonomia e a sua liberdade de expressão (Pascoal, 1996). Isabel Pascoal (1996), no artigo “Os Jornalistas da Imprensa regional e os Condicionismos ao Exercício da Profissão” debruçou-se sobre esta temática que importa refletir e discutir quando se fala de jornalismo regional. A autora teve como ponto de partida dois casos concretos de um conjunto de vinte casos detetados entre 1989 e 1995 que denunciaram pressões autárquicas e dos próprios diretores e chefes de redação de órgãos de comunicação social da região Centro exercidas sobre jornalistas durante o seu exercício profissional.

Partindo destes casos, a autora refletiu sobre as condições e os constrangimentos ao exercício do jornalismo em meios regionais, nomeadamente, quando os mesmos são “controlados” pelos poderes autárquicos. De facto, dentro do jornalismo regional, a possibilidade de órgãos de comunicação social ficarem “reféns” das preferências que governam uma determinada região é maior, uma vez que existe “compadrios políticos e pessoais” que ultrapassam o jornalismo (Pascoal, 1996).

Os constrangimentos, essencialmente, políticos e económicos têm consequências nefastas para o exercício jornalístico que deve ser, desejavelmente, independente, sem censuras e reger-se pelo rigor. E, nesse sentido, “tais constrangimentos colocam em causa os princípios ético-

deontológicos da profissão, impedem o rigor informativo e, em última instância, impedem a formação de uma livre opinião pública” (Pascoal, 1996).

Neste âmbito desta discussão, Jeanneney (2001) citado por Amaral (2012) refere que ao longo da história do jornalismo o jornalista sempre foi uma figura social criticada por “episódios de revelação de falta de escrúpulos”, uma figura que tinha “dependências diversas de intervenção” e construía “narrativas subornadas em proveito de interesses dissimulados tirando proveito da credulidade dos leitores”. Entende-se assim que a visão sobre a profissão de jornalista nem sempre foi vista com bons olhos ou como uma profissão livre e independente dos poderes que vão comandado a sociedade ao longo dos anos.

Se no âmbito nacional, tais constrangimentos podem também eles ser uma consequência do exercício jornalístico, no meio regional parece que as suas especificidades são, ao mesmo tempo, as suas características identitárias e as razões para a necessidade de uma discussão mais ampla acerca delas.

Anteriormente, evidenciámos a importância de um jornalismo de proximidade e as suas características positivas na criação de um elo com a comunidade. Porém, essa mesma proximidade pode conduzir a um entrosamento entre o jornalista, os assuntos políticos, essencialmente, e os poderes locais, diminuindo a sua ação naquilo que deve ser o jornalismo escrutinador, distanciado e imparcial. Segundo Camponez (2012) é nesta tensão entre proximidade e a necessidade de distanciamento do próprio jornalista que se discute a especificidade de um jornalista que trabalha junto das fontes e da comunidade e as consequências que advêm dessa mesma relação. A proximidade como valor-notícia é considerada como bandeira de muitos órgãos de comunicação social entra em contradição em termos éticos e deontológicos que desde o século XIX aclamava a objetividade como um dos valores dominantes do jornalismo (Camponez, 2012).

Um jornalista que trabalhe no contexto de uma comunidade está sujeito a diversas condicionantes relacionadas com o seu exercício jornalístico. A pressão por parte das fontes e elites locais, o risco de sanções económicas e políticas, a necessidade de respeitar os princípios de equidade de informação, o problema de se envolver em causas e atividades locais e regionais que podem colocar em causa a sua integridade e independência profissional, ou seja, a sua proximidade aos atores sociais.

Posto isto, entende-se que o grande desafio do jornalismo no âmbito regional é o de se manter independente, tentar de tudo para sobreviver às crises económicas sucessivas, e resistir às tentações de manter relações que, no fundo, não serão vantajosas para o exercício da democracia. Amaral (2012) defende que, apesar da realidade preocupante, deve-se “fazer tudo para fazer bom

jornalismo. Mesmo quando não está encontrado (ainda) um modelo de negócio que permita a autossuficiência do jornalismo de qualidade”.

2.5 Um país deserto de notícias

As dificuldades económicas e sociais afetam o jornalismo, nomeadamente, o jornalismo local e regional, de uma forma altamente gravosa e preocupante. Numa breve reflexão, podemos aferir que os principais entraves ao desenvolvimento sustentável de uma imprensa regional forte e estável são, primeiramente, o escasso investimento publicitário nestes meios e, por outro lado, assistimos a uma redução do número de leitores e assinantes deste tipo de jornalismo que aliado a um desinteresse generalizado tem levado a um declínio da sustentabilidade de muitos jornais regionais, levando ao encerramento de empresas de *media* que deixaram de conseguir sustentar o modelo de negócio apoiado na venda de assinaturas e de publicidade.

Os efeitos da pandemia de Covid-19 e os efeitos de uma guerra na Europa devastaram a “saúde” dos meios de comunicação social que já se encontravam fragilizados pelo fenómeno da globalização da informação que não conseguiu acompanhar e a sobrevivência destes meios passou a ser uma realidade no nosso país (Jerónimo et. al, 2022).

As consequências da crise no jornalismo são diversas e com graus de preocupação diferentes, mas quando olhamos para o jornalismo regional, a grande preocupação prende-se com o fenómeno designado por “deserto de notícias”.

Giovanni Ramos (2021) é um dos autores que se tem debruçado sobre o conceito de “deserto de notícias” que surge para designar os “municípios que tiveram os seus jornais e rádios fechados pela crise e hoje são comunidades que não possuem um meio de comunicação social local” (Abernathy, 2018, citado por Ramos, 2018, p.30).

Segundo o mesmo autor, o deserto de notícias afeta cidades, vilas e aldeias que ficam “marginalizadas” pela falta de informação que diga respeito às questões mais locais. Os populares destes territórios desprovidos de um meio de órgão de comunicação local acabam por ter acesso, mais facilmente, a notícias nacionais e globais, mas não têm acesso a informação sobre os acontecimentos que acontecem “ao fundo da sua rua”.

A designação do fenómeno foi utilizada pela primeira vez nos Estados Unidos para caracterizar uma das sequelas do impacto das crises do jornalismo nos meios regionais.

“Os desertos de notícias surgem em regiões distantes dos grandes centros, com baixa atividade económica, onde os antigos jornais locais não conseguem sustentar-se e a região não é atrativa para novos empreendimentos no setor” (Jerónimo et. al, 2022).

Apesar de os estudos e investigações sobre esta matéria serem escassos até há pouco tempo em Portugal, quando nos Estados Unidos da América e no Brasil este já era um fenómeno há muito estudado, os dados mais recentes trazidos pelo relatório sobre a situação no nosso país, desenvolvido por Pedro Jerónimo, Giovanni Ramos e Luísa Torre são verdadeiramente alarmantes.

Os autores dão conta que “mais de metade dos concelhos em Portugal é ou está na iminência de se vir a tornar desertos de notícias” (Jerónimo et al., p.20). Ou seja, dos 308 concelhos existentes, 166 encontram-se em situação de deserto de notícias ou em semi-deserto ¹.

Segundo o mesmo relatório, destaca-se o facto de cerca de 182 concelhos de Portugal não ter jornais impressos a fazer uma cobertura noticiosa frequente, seja ela diária, semanal ou quinzenal.

Em 2018, Giovanni Ramos debruçou-se sobre este fenómeno com base em dados monitorizados pela Entidade Reguladora para a Comunicação (ERC) e analisou a realidade do país, tendo em conta a cobertura ou não de meios de comunicação social em todos os concelhos. Segundo os dados analisados pelo autor nesse ano existiam 57 municípios no país onde não existia qualquer meio de comunicação social, seja publicações impressas, digitais, presença na rádio ou televisão. Ou seja, podemos aferir que o número de concelhos em deserto de notícias aumentou em pouco mais de três anos.

A região do Alentejo era a mais afetada com este fenómeno, sendo que quase 30% dos municípios em deserto de notícias estão localizados nesta região. Os resultados mais recentes apontam para que, por exemplo, dos 18 concelhos de Portalegre, oito não têm qualquer meio de comunicação social e dos restantes dez municípios apenas Portalegre e Elvas estão fora do deserto de notícias. Os restantes estão numa situação de semi-deserto ou mesmo ameaçados em transformar-se num deserto devido à pouca frequência com que se faz a cobertura mediática.

No caso do distrito de Bragança, sete dos 12 concelhos também estão em deserto de notícias. Para além de Portalegre, os concelhos de Beja, Évora e Vila Real são os distritos mais

¹ Concelho português com noticiário menos frequente ou insatisfatório, por se enquadrar numa das seguintes situações: a) único meio é um jornal de periodicidade superior a quinzenal; b) único meio é uma rádio localizada no concelho, mas sem nenhum jornalista nesse território (redação localizada num concelho não limítrofe (Relatório de Portugal Deserto de Notícias Europa 2022)

afetados pela inexistência de meios de comunicação social que se trate de jornais impressos, rádio ou com presença no digital.

Em Coimbra, o relatório aponta para que apenas um concelho, dos 17, esteja em semi-deserto de notícias (Cantanhede), contudo, cerca de oito concelhos (Góis, Lousã, Montemor-o-Velho, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares) contam apenas com um meio noticioso e, por isso, estão ameaçados em transformar-se em desertos de notícias. De realçar que os jornais impressos frequentes estão presentes em oito concelhos e sete dos 17 municípios do distrito estão fora do deserto de notícias.

Observando o mapeamento do país face a esta problemática, percebemos que o interior do país é o mais afetado pela ausência de *medias* que se dedicam ao exercício do jornalismo local ou regional, deixando as populações desprovidas de um meio de informação.

Já em 2018, Giovanni Ramos sublinhava que os territórios de baixa densidade populacional eram aqueles que estavam mais perto do deserto de notícias. Além da questão demográfica, o estudo sublinha que o deserto de notícias ocorre em regiões “economicamente desfavoráveis” (Ramos, 2018).

Entende-se assim que a questão da concentração populacional e a situação financeira dos territórios são motivos que influenciam a quantidade e a qualidade de publicações regionais num dado território.

Por isso, a crise do jornalismo não se prende apenas com a necessidade de encontrar novos modelos de negócio para os *media*. É uma questão para a qual o contexto socioeconómico é indiscutivelmente importante.

Tanto o estudo levado a cabo por G. Ramos (2021), como o relatório mais recente apresentado por Jerónimo, Ramos e Torre (2022) apenas contabilizaram meios como as publicações periódicas impressas e digitais classificadas como regionais, e as rádios locais, não contabilizando boletins municipais, por exemplo. Para além disso, a metodologia em ambos os casos, não abordou a qualidade ou a análise dos conteúdos noticiosos.

Ramos (2021) salientou que, apesar de não ter este aspeto, é importante que se reflita com atenção acerca da existência de sites ou páginas em redes sociais que veiculam informações que têm um impacto direto no jornalismo regional, seja na visibilidade, seja na partilha de espaços de publicidade.

Nesse sentido, o autor sublinha que estes fatores devem ser considerados em investigações futuras realizadas no âmbito da discussão do deserto de notícias em Portugal, à semelhança do que se tem feito no Brasil e nos Estados Unidos da América, por exemplo.

De facto, os “espaços deixados vazios pelo jornalismo rapidamente são ocupados por outras realidades, menos ou mesmo nada comprometidas com a procura pela verdade, pela ética e a deontologia” (Jerónimo et. al, 2022, p.6).

Capítulo 3 – Transição do jornalismo para o online

3.1 A mudança do paradigma do jornalismo regional

O jornalismo sofreu grandes alterações quando a internet chegou às redações, em 1995, não só porque era uma nova ferramenta com a qual ninguém sabia funcionar, jornalistas e cidadãos, mas também porque ainda não se sabia bem quais as possibilidades e oportunidades que traria para o exercício jornalístico e de como isso iria alterar profundamente os hábitos de consumo de informação dos portugueses e em todo o mundo.

“Os primeiros quinze anos o ciberjornalismo em Portugal ficam marcados, em termos gerais, por uma fase experimental relativamente longa, por uma fase de expansão tão acelerada e intensa quanto curta, e por uma fase de estagnação prolongada” (Bastos, 2010, citado por Jerónimo, 2012).

Segundo Pedro Jerónimo que se debruçou sobre o estudo da transição para a internet pelos meios de comunicação social regionais a partir de 1996, sendo este o ano em que mais jornais criaram um site online para a publicação de notícias, esta primeira fase de internet consistiu numa fase em que “abundava o texto e era rara a presença de fotografias, entre os conteúdos apresentados” (Jerónimo, 2012).

Mais tarde, os jornais disponibilizavam a primeira página do jornal, seguida de títulos dos destaques desse dia, mas cujos temas e notícias não tinham seguimento no online, ou seja, os jornais continuavam a apostar mais no papel do que na disponibilização paga ou não das notícias no online.

Em 2012, Pedro Jerónimo debruçou-se sobre o estudo destas rotinas do ciberjornalismo nos *media* regionais em 199 jornais identificados. O autor sublinhava que “a prática do ciberjornalismo é residual” (Jerónimo, 2012, p.12). De facto, eram poucos os jornais que conseguiam fazer um aproveitamento das potencialidades da internet como, por exemplo, a introdução de hipertexto ou de conteúdos multimédia que complementassem a notícia ou reportagem. Os poucos textos que eram publicados não tinham identificado o nome do jornalista ou os respetivos contactos (*ibidem*), por exemplo.

Quase 25 anos depois, podemos constatar que a realidade é diferente, porque se acrescentaram novas realidades tecnológicas que facilitaram a transição dos meios impressos para o digital. Contudo, a maioria dos meios locais e regionais não corresponderam ao desafio que a globalização e a tecnologia colocou à veiculação de informação. Podemos apontar a falta de recursos humanos para implementar e produzir mais conteúdo para o online do que para uma

edição em papel, por exemplo, que aliada à ausência de uma estratégia delineada para o online, acrescentando-se a falta de recursos financeiros parece ter afastado muito jornais do caminho do digital.

“O cenário é, portanto, desafiante para a imprensa tradicional, hoje cada vez mais obrigada a estar presente no mundo da comunicação e interação digitais (...)” (Amaral, 2012).

De facto, os meios de comunicação regional são, por norma, empresas economicamente mais fragilizadas e, por isso, têm menos recursos para apostar em ferramentas digitais. Tal como Pedro Jerónimo (2012) sublinha a “precariedade financeira, de recursos técnicos e humanos das empresas” são motivos para a ausência de um ciberjornalismo implementado nas redações regionais.

O equilíbrio entre decidir fazer a transição para o online e estabelecer os moldes em que os *media* regionais o farão, tendo em conta as dificuldades financeiras e de recursos parece ser um dos maiores desafios do jornalismo no âmbito regional, que continua, apesar de tudo, a apostar numa produção de conteúdos para as edições em papel (Jerónimo, 2012).

Contudo, importa refletir se a permanência deste estigma e resistência à mudança poderá ou não ditar uma crise mais profunda no jornalismo regional. Isto porque, os jornais que continuam a apostar nas edições em papel e omitindo o caminho do digital poderão não conseguir captar novos públicos, nomeadamente, as faixas etárias mais jovens e com o tempo os assinantes mais velhos deixarão de o ser. Com isto, e como muitos autores, não significa que o jornal impresso se vai extinguir, como muitos pensaram quando surgiu a internet. Porém, os *media* regionais devem repensar o seu posicionamento no jornalismo impresso e no digital.

Os resultados do inquérito “Jornais Regionais: A posição no mercado e interpretação de perfis de utilização” (Quintanilha et. al, 2018, p.155) demonstraram que o formato digital tem um peso reduzido nos meios regionais, principalmente, naqueles onde os públicos são mais envelhecidos e, por isso, continuam a preferir os formatos tradicionais, como o papel.

Mas, por outro lado, os autores apontam a falta de “literacia” para os *media* como uma “questão fundamental” para os desafios dos meios regionais. Os autores salientam que se, por um lado, as faixas etárias mais envelhecidas continuam a procurar ler e atualizarem-se das notícias a partir dos jornais em papel, também é a faixa etária “menos permeável à inovação e à adoção de novos formatos noticiosos” (ibidem).

Contudo, os mais jovens que são muito mais abertos à inovação, a novos conteúdos e despertos para as novas tecnologias acabam por ser aqueles que demonstram ter menos interesse pelas publicações regionais.

Nesse sentido, são os *media* regionais que têm nas mãos o desafio de se reinventarem na busca e captação de novos públicos, nomeadamente, dentro das faixas mais jovens. Para isso, torna-se essencial a análise dos leitores dos meios regionais, mas também dos não-leitores de uma determinada região para entender os seus perfis de consumo de jornalismo e assim delinear uma estratégia para essa captação e fidelização de subscritores.

Para tal, segundo Flavián citado em Quintanilha, os formatos digital e impresso podem coexistir se existir um “processo de diferenciação influenciada pelas necessidades dos leitores em diferentes circunstâncias e combinando efeitos de lealdade às publicações” (Quintanilha et al, 2018, p.155).

Analisando, por exemplo, o caso do Diário de Coimbra, um jornal regional da região Centro, é perceptível que tem vindo a perder nos últimos anos, de forma gradual, o número de assinantes e, por consequência, o número de tiragem média também tem vindo a diminuir. Segundo dados disponibilizados pela Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT), em 2022, a circulação impressa paga do Diário de Coimbra mantinha-se, em média, nos 6200 jornais (estes valores não contabilizam o número de jornais vendidos em banca), à semelhança do que se tinha registado nos três anos anteriores. Contudo, se compararmos com o ano de 2012, dez anos antes, este número era, em média, de 7600 jornais, sendo que a tiragem média diária era superior a 10 mil exemplares.

Já em 2016, o jornal decidiu apostar na captação de subscritores para o formato de assinatura digital. No ano de lançamento e no ano seguinte, não conseguiram alcançar as 50 assinaturas digitais. Atualmente, segundo os dados mais atualizados, o jornal tem cerca de 200 leitores que subscrevem apenas a edição digital. Contudo, face a um universo de cerca de 8 mil tiragens diárias, atualmente, considera-se que este número ainda é insignificante.

Perante esta realidade, o Diário de Coimbra apesar de ser um jornal com um número de assinantes que mantém a sua fidelidade, apesar das sucessivas crises que afetam o jornalismo ao nível nacional e que são transversais no âmbito regional, ainda não alcançou um público no digital que pudesse complementar a perda dos assinantes do papel que apesar de não serem acentuadas têm tido um decréscimo, como pudemos analisar a partir dos dados da APCT ².

Tal como referimos, em determinadas regiões do país, a continuidade de projetos regionais em formato de papel, significa, muitas vezes, a única forma da comunidade aceder a conteúdos jornalísticos sobre questões que lhes dizem respeito e sobre as quais devem ser informados, isto

² Análise realizada a partir dos dados disponibilizados em <https://www.apct.pt/analise-simples>, referentes ao Diário de Coimbra

porque, se trata ou de populações envelhecidas e, por isso, continuam a preferir os formatos tradicionais de comunicação ou o nível de literacia para os *media* não é suficiente para que possam utilizar as ferramentas tecnológicas para aceder a notícias.

Contudo, observando o caso da região de Coimbra, onde 63% da população é considerada ativa (dos 14 aos 64 anos), segundo dados dos Censos de 2021, é importante refletir sobre a transição para o digital dos dois maiores jornais regionais (Diário As Beiras e Diário de Coimbra) e o porquê de continuar a ser tão lenta e ineficaz na captação de públicos jovens, resultando na escassez de novos projetos jornalísticos regionais no âmbito digital.

Não podemos esquecer que existem e destaca-se, por exemplo, o surgimento do projeto de jornalismo de proximidade “Coimbra Cooletiva” (coimbracoolectiva.pt) que se designa por uma “revista digital de jornalismo de soluções”. O projeto é recente e foi desenvolvido e pensado totalmente para o formato digital, tendo como foco de trabalho os temas de Sociedade e Cultura do concelho de Coimbra, promovendo debates, conversas, e apostando no jornalismo que, além de apontar os problemas, pretende ser um espaço de procura de soluções com a participação dos cidadãos. Porém, tendo como foco a cidade de Coimbra, deixa, naturalmente, de fora uma região de Coimbra que necessita de uma “alavanca” no jornalismo digital.

Olhando para fora das fronteiras, podemos verificar que surgem novos e bons meios de comunicação social regionais, cuja aposta principal foi no ambiente digital e, como já referenciamos, conseguem ver neste meio um caminho para a utilização de novas ferramentas tecnológicas que enriquecem o conteúdo mediático e conseguem chamar a atenção das faixas etárias mais jovens que têm cada vez mais abandonado os formatos tradicionais. Como exemplo de um projeto que tem demonstrado ser possível fazer jornalismo de proximidade e regional em Portugal no formato totalmente digital surge, em 2015, o “Médio Tejo” (<https://mediotejo.net/>), um jornal que agrega na sua área de cobertura mediática, toda a região e os seus 13 concelhos, apostando em conteúdos multimédia, áudio, vídeo e fotografia, para dar corpo a reportagens de investigação, entrevistas e notícias nas diferentes editorias, desde a cultura ao desporto, da economia à sociedade, não esquecendo as instituições e empresas que elevam a região.

Com este último exemplo, pretende-se demonstrar que o surgimento de novos projetos bem-sucedidos no online não é uma utopia e pode destacar-se como um exemplo para que outros *media* regionais possam replicar o modelo, assente em assinaturas digitais e em donativos, noutros concelhos, comunidades ou regiões.

Conclui-se assim que não se pode negar que a transição para o mundo digital já está a decorrer e os *media* regionais, se quiserem sobreviver no futuro, têm de encontrar novas estratégias que passarão, naturalmente, pelo digital, porque será aí que as faixas mais jovens se encontram e

vão procurar informação. Por isso, seria profícuo que olhássemos para os bons exemplos do jornalismo digital e, aliando uma estratégia nacional para a transição digital, à semelhança do que se tem feito em tantas outras áreas da sociedade, pudéssemos ter nas regiões mais e melhores meios de comunicação social que vissem o digital como um caminho importante para a sobrevivência do jornalismo.

Capítulo 4 – O digital e o surgimento de novos espaços de participação

4.1 A internet como um novo mundo de possibilidades para o jornalismo regional

O aparecimento da internet e o sucessivo crescimento deste “novo” fenómeno comunicacional abriu, desde o início, novos caminhos para o jornalismo. A mediatização da informação estava restrita aos meios de comunicação social tradicionais como a rádio, a imprensa escrita ou a televisão. Observadas as possibilidades que a internet e a presença no online traria, os *media* tiveram de se adaptar continuamente a um novo ecossistema de comunicação e a explorar novas possibilidades de chegar ao público.

Segundo Correia (2012, p.63), “a internet provocou finalmente novas experiências jornalísticas” O jornalismo passou a ter uma panóplia de opções de desenvolvimento de novas formas de apresentar conteúdos, com novas ferramentas, alterando também o modo como os conteúdos são consumidos e apresentados aos leitores e espectadores. Com as ferramentas tecnológicas é possível introduzir vídeo, áudio, fotografias, hiperligações para outras ligações, sendo possível combinar diferentes formatos, sem se perder os valores e as características de fazer jornalismo.

Mas não foram só os órgãos de comunicação social a “ganharem” novas ferramentas de trabalho, importa destacar que com o aparecimento da internet, o público também “ganhou” novas possibilidades de diálogo que lhe é conferido através do surgimento de um novo espaço mediático e que serve como espaço para uma participação ativa no debate público, se assim os cidadãos entenderem fazê-lo.

Deste modo, os cidadãos passaram a ter um novo espaço de debate que não existia anteriormente e onde a partilha de visões e de ideias tem quase sempre inerente a existência de uma audiência online. As redes sociais, particularmente, o Facebook e o Twitter, têm sido considerados em muitos estudos e em várias áreas como novos espaços de conversação, de partilha, mas também de participação e debate público, onde o jornalismo não pode e não deve ser deixado de fora desta reflexão.

Os jornalistas, por sua vez, encontraram nas redes sociais novas ferramentas que facilitam o seu trabalho direto, mais propriamente, no modo como procuraram informações e de contacto com fontes de informação no âmbito do seu trabalho.

A recolha de informação e as redes sociais apresentam-se como uma oportunidade e, em simultâneo, uma dificuldade, nomeadamente para os jornalistas, já que têm de lidar com um aumento da quantidade de informação e com a quantidade de fontes diferentes. Em consequência,

os profissionais deparam-se com a dificuldade de confirmar toda a informação (Morais & Sousa, 2012).

Esta dificuldade é agravada nos meios regionais, uma vez que, como já vimos a aposta no digital é residual e mal programada e, isto verifica-se com a ausência de um jornalista alocado à gestão e produção de conteúdos para o online que assente numa estratégia digital.

Para Canavilhas (2010), “as redes sociais facilitam uma transmutação na forma como os leitores se relacionam com os *media*, gerando um maior envolvimento e fortalecendo os laços entre *media* e leitores”, levando a uma “transformação das audiências em comunidades, uma situação que tende a gerar a fidelização dos consumidores por estes reconhecerem que a pertença à comunidade é uma mais-valia”.

As mudanças sentidas com o aparecimento da internet e depois com as redes sociais que vieram dominar a maneira como se interagia não se fizeram sentir apenas no funcionamento dos meios de comunicação social, teve, claramente, influência sobre como é que os leitores passaram a consumir e a “produzir” notícias.

Sobre isto, Canavilhas (2010) diz que os leitores funcionam

como uma espécie de novos gatekeepers que comentam e selecionam as notícias mais interessantes para os seus amigos (Facebook) ou seguidores (Twitter) (...) aproximando os dois extremos do processo de produção de notícias, a recolha de informação e a distribuição de conteúdos (Canavilhas, 2010, p.3)

Aliás, para Traquina (2001) referenciado por Morais & Sousa os “jornais devem ouvir os cidadãos, identificar as suas agendas e apresentar soluções para os problemas das comunidades”. O autor apresenta assim uma perspetiva mais pragmática de como devem funcionar os *media*.

É, exatamente, sobre esta perspetiva que começam a surgir novas e variadas visões e teorias acerca da abertura do jornalismo à participação dos cidadãos e sobre em que moldes os próprios cidadãos podem contribuir para a construção de um campo de notícias idealizado para a internet, mas também como é que os órgãos de comunicação social podem lidar com essa participação, sem levantar constrangimentos ao exercício profissional do jornalista.

Segundo Amaral (2012), o “jornalismo cívico procura ativamente o envolvimento de pessoas nas rotinas de produção noticiosa e constrói novos “pontos de entrada” para uma cidadania mais completa e substancial” (p.44).

No novo ecossistema da internet, as “vozes” dos intervenientes começaram a multiplicar-se e a comunicação que, anteriormente, se realizava na vertical e unilateralmente, ou seja, do órgão

de comunicação diretamente para o público. Hoje, podemos afirmar que o contexto é bem diferente, porque este novo contexto de comunicação online abriu portas para a construção de relações intercomunicacionais, onde o cidadão passa a ocupar um lugar mais central do que aquele que tinha nos *medias* tradicionais. Anteriormente ao aparecimento da internet, os leitores tinham apenas o papel de observadores e de leitores e raramente tinham a oportunidade de participar mais ativamente no debate público promovido pelos *media* regionais, uma vez que existia apenas a possibilidade de enviar a sua opinião através do correio dos leitores, contudo, não eram todos os jornais que tinham uma secção do jornal dedicada à opinião dos leitores. Atualmente, a informação circula nas mais diversas direções e das mais variadas formas. Vítor Amaral (2012) refere que este novo paradigma significa uma “rutura do monopólio do gatekeeping dos *media*”.

Nesse sentido, a comunicação passou a ser feita em diferentes direções e abriu-se um caminho em que a cidadania ativa é uma realidade. Contudo, essa cidadania não depende apenas da vontade dos cidadãos, depende também da vontade dos *media*, nomeadamente, de uma “imprensa regional ativa e dinâmica” que promova o debate aberto e público das temáticas mais importantes (Amaral, 2012).

Segundo João Carlos Correia (2012), as teorias deliberativas e comunitaristas foram as que mais interligavam a ideia de “existência de laços entre jornalismo e comunidade” para uma discussão plural e que tem em conta a partilha das visões e ideias dos cidadãos que sentem que devem se alvo de reflexão, investigação ou divulgação.

Surge assim um jornalismo público que se afirma como um movimento que “visa ultrapassar alguns contextos de crise que dificultaram o relacionamento entre o jornalismo e a vida cívica” (Correia et. al, 2014). Nesse sentido, a interatividade passou a ser um dos conceitos-chave para descrever a discussão aberta sobre questões políticas, sociais e da esfera pública criada no ecossistema da internet. Esta nova visão sobre a comunicação dos *media* e a possibilidade da participação dos cidadãos pressupõe que exista efetivamente uma aproximação efetiva entre os *media* e os cidadãos.

4.2 A participação (ou não) do cidadão no exercício jornalístico

Tendo como ponto de partida que para essa participação e interatividade a proximidade entre o meio e os cidadãos é fundamental: onde é que essa aproximação é uma característica do jornalismo? Podemos afirmar que a proximidade é uma das características fundamentais para o exercício jornalístico no seu sentido mais lato. Contudo é no âmbito local e regional que esta

característica ganha uma nova dimensão, como já verificamos anteriormente. Por isso, podemos refletir sobre como é que nos meios de comunicação social regionais a opinião dos cidadãos e a visão da comunidade surge no debate público ou não. No jornalismo regional a proximidade entre o jornalista e o cidadão é mais fortalecida do que no âmbito nacional, pela dimensão do seu campo de trabalho. A proximidade às fontes e a relação quase simbiótica dentro do ecossistema da região, nas diferentes dimensões, desde social, económico, político à cultura, assim como a cooperação entre instituições agrega em si a ideia de abertura a uma “cidadania ativa”. De facto, esta reflexão foi tratada por vários autores desde logo por João Carlos Correia.

A abertura do espaço mediático aos cidadãos e à possibilidade de os mesmos participarem ativamente nos processos de informação com o aparecimento de novas possibilidades online deve ser objeto de estudo.

Correia sublinha que “formas de jornalismo geradas neste ambiente proporcionariam aos movimentos sociais oportunidades adicionais para se tornarem agentes ativos no processo político, aumentando a sua ação participativa coletiva” (Correia, 2012, p.57). Nesse sentido, o que o autor defende e sugere é que os meios de comunicação deveriam ter abertura para serem recetivos às opiniões dos cidadãos e que com elas se gerassem diferentes debates mais participativos.

Nesse sentido, Pauly (1994) citado por Correia (2012) defende que a “primeira tarefa do jornalismo” e pela qual pode sobreviver, sendo uma instituição viável publicamente, é de ter consciente e tomar a responsabilidade de promover e estimular o diálogo público acerca de assuntos que dizem respeito aos cidadãos e que sejam objetos de uma verdadeira preocupação comum, respeito a um público que se quer democrático.

Contudo, será que os *media*, essencialmente locais e regionais, estariam dispostos e teriam ferramentas para essa receção de conteúdos, ideias e sugestões dos cidadãos?

Como já refletimos, a transição dos *media* regionais para o online não foi linear e, foram muitas as investigações, nas quais se concluiu que os órgãos de comunicação social no âmbito local ou regional, na sua maioria, não tiveram capacidades, nem recursos para fazer uma migração onde usufríssem de um novo paradigma da comunicação.

Dessa forma, podemos avançar que os *medias* regionais teriam dificuldade em levar a cabo a missão, que muitos autores lhes conferem, de serem um espaço público de partilha e de debate entre cidadãos. Para isso, seria necessário que os recursos humanos e financeiros tivessem a capacidade de dar resposta a um novo campo “de batalha” na comunicação. Sobre esta questão, Correia (2012) sublinha que as buscas por ângulos alternativos “nunca chegariam aos meios de comunicação tradicionais”

Por outro lado, Morais & Sousa (2012) referem:

o facto de a imprensa regional ser uma realidade que vive com dificuldades, nomeadamente aos níveis económicos, de recursos humanos e técnicos não significa que esta não possa encontrar nas redes sociais uma nova oportunidade, com custos reduzidos e com enormes potencialidades para continuar a desenvolver um jornalismo de proximidade suportado pelos novos paradigmas tecnológicos (Morais & Sousa, p.25)

Porque na sua visão, “o carácter industrial do jornalismo pode reforçar o conformismo da esfera pública moderna”, esquecendo, muitas vezes, esta missão do jornalismo de questionar, ouvir e expor as questões de interesse público.

Amaral (2012) sublinha que esta “nova paisagem não constitui uma ameaça para a imprensa”, defendendo que ao contrário do que alguns críticos apontam esta é uma nova oportunidade para que surjam novas dinâmicas integradoras de modelos comunicativos descentralizados e participados.

Para muitos autores como Ribeiro (2004) o jornalismo regional e local poderiam ser uma “alternativa à problemática do cidadão não-atuante no debate público” (p.4). Este jornalismo por estar mais próximo do seu público pode “dar voz aos leitores” que têm nos jornais uma “oportunidade para fazer reivindicações, questionar e discutir problemas relevantes” (ibidem).

Perante isto os leitores tendem a ser mais participativos, porque entendem que as suas visões sobre os problemas são ouvidas, que a sua opinião ou sugestões são levadas em consideração pelos meios regionais, é natural, que esse sentimento de pertença se demonstre na intensificação das suas participações no debate público, porque sabe que vai ser escutado.

Para além disso, fortalece a discussão aberta, livre, participada, pluralista e democrática tendo como base o jornalismo. Na visão de Vítor Amaral (2012), o facto de sabermos hoje mais sobre as realidades locais e regionais deve-se aos *media*, mas também aos “cidadãos atuantes”. Porque aquilo que anteriormente era visto como “massa determinada de recetores passivos – o público – tem hoje um papel proativo de reflexão partilhada e emissão de discursos concorrenciais” (Amaral, p.6). Para o autor, o “open source journalism”, um local onde todos podem ser úteis, “parece ser uma inevitabilidade”.

Trata-se de um “poder diluído” (Almeida Santos, 2010 citado por Amaral 2012) pelos intervenientes do espaço público onde as pessoas vão partilhando as suas visões entre todos.

E com isto, há uma “introdução” de novos poderes, de novas vozes, alargando-se o leque de vozes mediáticas, trazendo novas ideias, novas queixas e novos debates ao espaço público.

Contudo, não podemos esquecer que esta abertura a todos os cidadãos e a todos os assuntos aumentou a “cacofonia” de opiniões pouco informadas, pouco ponderadas e que pouco contribuem para o debate público (Amaral, 2012, p. 7), uma vez que a mediatização da informação deixou de ser da “responsabilidade” dos meios de comunicação social, para passar a ser de um “espaço” que poderá ser muitas vezes confuso, permissivo a discursos de ódio e ao fenómeno da desinformação.

Por outro lado, esta interação entre cidadãos e entre estes e os meios de comunicação assenta no pressuposto de que havendo um espaço de partilha, os cidadãos vão ter um papel mais dinâmico e ativo na discussão das problemáticas públicas.

Há alguns autores que distinguem os conceitos de jornalismo cidadão e jornalismo participativo, para distinguir a informação que implica a intervenção de um profissional, de um jornalista, e a outra que dispensa a participação de um jornalista, cabendo ao cidadão a produção do conteúdo de interesse público. Mas ambos entendem que o cidadão deve ter um papel mais ativo no debate público, como já referimos.

Sobre isto, Catarina Rodrigues sublinha

Face à instantaneidade da informação, a mediação, fundamental ao exercício do jornalismo, é colocada em causa, e os jornalistas, tradicionais mediadores na produção de conteúdos, têm visto o seu papel delido pela facilidade de qualquer pessoa publicar e difundir informações (Rodrigues, 2012, p. 191)

Fidalgo (2008) citado por Rodrigues (2012) salienta que a “atividade de informação sobre a atualidade, no âmbito da esfera pública, já não é uma atividade exclusiva dos jornalistas e das empresas mediáticas nas quais a maior parte deles trabalha” (Fidalgo, 2008).

Esta afirmação merece uma reflexão ponderada sobre o papel do jornalista na sociedade e remete-nos para o ponto 1 do artigo 1.º do Estatuto do Jornalista que considera que os jornalistas “são aqueles que, como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem com capacidade editorial funções de pesquisa, recolha, seleção e tratamento de factos, notícias ou opiniões” (Lei n.º1/99, de 13 de janeiro).

No ponto 2 do mesmo artigo, assegura-se que “não constitui atividade jornalística o exercício de funções referidas no número anterior quando desempenhadas ao serviço de publicações que visem predominantemente promover atividades, produtos, serviços ou entidades de natureza comercial ou industrial”.

Para assegurar que o jornalista segue o Código Deontológico da profissão, “a habilitação com a carteira profissional do jornalista constitui condição indispensável ao exercício da profissão

de jornalista”, tal como descrito no ponto 2, do artigo 5.º do Regime de Organização e Funcionamento da CCPJ e da Acreditação Profissional, segundo o Decreto-Lei n.º 70/2008 de 15 de Abril.

Nesse sentido, o jornalista tem em si o dever de “informar com rigor e isenção, rejeitando o sensacionalismo e demarcando claramente factos de opiniões” e, por isso, um cidadão não poderá ser considerado como jornalista se não cumprir os requisitos para tal, respeitando o Estatuto do Jornalista e o Código Deontológico.

Numa fase, como já analisamos, em que as redes sociais se tornaram num espaço sem regras, onde todos podem participar, esta reflexão sobre o papel do jornalista na sociedade deve ser tida em conta ainda mais face às problemáticas mais do que conhecidas sobre os fenómenos de desinformação ou fake news.

Vítor Amaral defende que apesar de tantos argumentos a favor da participação do cidadão, “nada se compara e nada pode substituir a mediação profissional jornalística” (Amaral, 2012, p.7).

Concluiu-se assim que “é fundamental que o cidadão possa analisar de forma crítica as mensagens mediáticas que o bombardeiam diariamente, que conheça os seus direitos e deveres, perante a comunicação social, e que compreenda a política e a economia que o rodeia” (Marques, 2008, p.18). Nesse sentido, a educação para os *media* na sociedade pode ser uma medida implementada e fulcral para a sociedade. “Tanto o cidadão como os *media* têm responsabilidades na edificação de uma sociedade democrática” (ibidem).

4.3 A multiplicidade de vozes no espaço público como entrave à mediatização da informação

Porém, a visão mais pessimista desta questão, ou seja, a visão de que o público não tem um papel ativo e interventivo através das redes sociais dos órgãos de comunicação social, foi confirmada através de um estudo realizado por Ricardo Morais e João Sousa, em 2011.

O estudo teve em conta um período e focou-se na análise dos comentários nas redes sociais com o objetivo de perceber como é que é gerida a presença dos órgãos de comunicação social nas redes sociais e a sua relação com os utilizadores, envolvendo oito jornais regionais de todo o país.

Para entender a relação entre jornais online e os utilizadores levaram a analisar a caixa de comentários dos conteúdos publicados. Apesar de considerarem uma amostra reduzida de jornais, algumas das conclusões retiradas deste estudo são interessantes e reveladoras de como há cerca de dez anos esta relação funcionava. Sobre o modo como os leitores comunicavam na caixa de comentários, concluiu-se que “não se verificou uma verdadeira reciprocidade”.

A maioria das opiniões manifestadas pelos leitores nos comentários demonstraram um “desconhecimento em relação à mensagem ou notícia e, portanto, pode-se mesmo considerar que poderão resultar de uma ausência de leitura da notícia, ficando-se apenas pelo título da mesma” (Morais & Sousa, 2011, p.27).

Continuando a considerar apenas este pequeno grupo e no estudo de um determinado período, os autores concluíram que foram “poucos os leitores interessados em participar de uma forma mais ativa”, ou seja, os leitores não acrescentavam novos factos, ideias, links para outros conteúdos que, de alguma forma, pudessem enriquecer o debate público sobre determinado assunto.

Face a estes e aos outros dados que completam este estudo, os autores refletem sobre a possibilidade de serem os próprios meios a recusarem e a não reconhecerem a participação do cidadão através das suas opiniões. Acrescentando que os jornais se limitam a “republicar” as notícias do impresso no online, sem que tenham qualquer intervenção na secção dos comentários com o objetivo de utilizar estas opiniões na produção do seu conteúdo (Morais & Sousa, 2012, p. 28).

Correia (2012) sublinha que “a participação de audiências não significaria (pelo menos, necessariamente) um aumento da qualidade da cidadania”. O mesmo autor realça a visão de alguns críticos a favor do papel democrático da internet, ressaltando que estes investigadores acreditam que este novo ambiente digital é uma nova alternativa aos *media* de massa. Uma vez que os públicos passam a ter um espaço onde podem expor as suas informações, as suas questões, criando um debate diferente e em paralelo àquele que seria monopolizado pelos *media*.

Esta visão pode também ser vista como uma ameaça aos *media* tradicionais, retirando-lhes o papel de mediação que possuíam até ao surgimento da internet, das redes sociais e deste novo contexto comunicacional.

Tanto no jornalismo comunitário ou como no participativo esta abordagem pressupõe que existe uma vinculação com os cidadãos. É, exatamente, esse pressuposto que se torna num obstáculo ao conceito de independência e à realização de um jornal. (Canavilhas et al., 2014).

A partir do inquérito e do estudo realizado em “Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos *media*”, Canavilhas et al. (2014) conclui, a partir dos resultados obtido a algumas questões focadas no papel do cidadão no espaço público, que para os jornalistas a existência de cidadãos esclarecidos e informados, assim como a possibilidade de participarem ativamente no debate público são aspetos muito relevantes para o funcionamento em pleno do jornalismo em democracia.

Porém, Pedro Brinca (2012) defende que não basta que os cidadãos tivessem acesso à internet e, por esse meio, tenham alguns comentários ou debates acerca de determinada questão para que os direitos dos cidadãos estejam garantidos numa democracia.

“Não é a quantidade de informação que dispomos, mas a sua qualidade” (Brinca, 2012, p.33) que está em causa. O autor explica, dando como exemplo, que não basta haver estradas e automóveis, é necessário que os cidadãos estejam habilitados a conduzir de forma responsável e ter um destino. Do mesmo modo, como fazendo o paralelismo, deveria acontecer no debate público participado pelos cidadãos no online.

Dar acesso à internet e aos conteúdos aos cidadãos, não significa, primeiramente, que eles usufruam da oportunidade de serem participantes ativos no debate, como já vimos, e que realmente sejam capazes de interpretar e avaliar criticamente os conteúdos jornalísticos.

Como parte da solução, o autor aponta a “educação para a cidadania” como caminho para cidadãos mais informados e, por consequência, mais interventivos e participativos nesse debate que se quer público e democrático (ibidem).

Como é que os meios de comunicação social e a própria sociedade pode organizar e dinamizar este debate público que se quer construtivo, pluralista e democrático?

A questão não é simples e as abordagens e reflexões acerca do papel do cidadão no debate público, assim como o papel dos *media* regionais como dinamizadores desse debate são múltiplas e ainda necessitam de ser alvo de novos estudos que demonstrem com clareza a realidade, atualmente, dos meios regionais.

4.4 A individualidade da informação e os constrangimentos ao debate de ideias

Quando pensamos em participação, pressupomos em primeiro lugar que o cidadão tem acesso a conteúdo de qualidade, como afirmou Pedro Brinca, mas também que pressupõe que o cidadão tem acesso a informação diversificada e pluralista, porque só assim será possível refletir e debater um determinado assunto.

Temos vindo a assistir a uma evolução tecnológica constante a uma velocidade, muitas vezes, difícil de acompanhar e compreender e que tem afetado o modo e aquilo que consumimos a nível de jornalismo, como pudemos refletir anteriormente.

Nos primórdios do uso da internet, o cidadão poderia aceder à informação pelos meios tradicionais que migraram para o online, transpondo os conteúdos do jornal impresso para o site ou redes sociais próprias. Ou poderia ainda pesquisar sobre os temas que lhe despertassem

interesse. O paradigma também mudou no modo como hoje temos acesso na “palma da nossa mão” a informação e as notícias que lemos diariamente.

Atualmente, as notícias chegam-nos através da internet, onde nos podemos deparar com milhares de outras, “escolhidas” perante os nossos gostos, interesses e históricos de pesquisas através de algoritmos altamente eficazes.

Aliás, o último Reuters Digital News Report, realizado pelo Reuters Institute for the study of Journalism recentemente realizado pelo *Reuters Institute for the study of Journalism* demonstra que os hábitos de consumo de notícias estão a mudar, sendo que 39% dos jovens entre os 18 e os 24 anos utilizam as redes sociais como fonte de informação.

De facto, é nas redes sociais que os algoritmos se têm desenvolvido e tornado cada vez mais eficazes ao eliminar aquilo que não é do nosso interesse, oferecendo conteúdos e informação cada vez mais personalizada através do Facebook, Twitter ou Instagram.

Esta personalização quase infalível de conteúdos a que temos acesso leva-nos a refletir que os utilizadores das redes sociais têm acesso a conteúdos que seguem uma tendência uniformizadora. Ou seja, haverá pouco espaço para que tenham acesso a outro tipo de conteúdos que vá de encontro as suas preferências. Sunstein citado por Correia (2012) explica que as pessoas tendem a formar grupos e a procurar opiniões com as quais concordam, evitando o pluralismo de opiniões. Esta tendência para o conformismo mostra pouca recetividade a opiniões divergentes. Se antes da internet, o ser humano tem uma tendência sociológica para procurar posições concordantes, a tecnologia teve um efeito catalisador nesse fenómeno, ou seja,

Nesse sentido, importa refletir se existe realmente um espaço para que o debate público decorra sem que este pressuposto da individualidade da informação se sobreponha ao bem maior: a participação do cidadão no debate público.

Capítulo 5 – O Diário de Coimbra

5.1 Breve história do Diário de Coimbra

O Diário de Coimbra é um jornal regional fundado no dia 24 de maio de 1930 por Adriano Viegas da Cunha Lucas (1883-1950) e segundo o seu Estatuto Editorial “é um jornal diário generalista que tem como missão principal levar ao leitor a informação do que de mais relevante se passa em Coimbra, na Região das Beiras, em Portugal, na Europa e no Mundo, com verdade, seriedade e rigor.”

O Diário de Coimbra é jornal mais antigo de Portugal que se mantém na mesma família desde a sua fundação. Depois do falecimento do fundador, foi o seu filho Adriano Lucas, com o mesmo nome, que assumiu o cargo em 1950 até ao seu falecimento em 2011. Atualmente, a direção do jornal está a cargo dos filhos Adriano Callé Lucas e Miguel Callé Lucas.

Ao longo dos últimos 90 anos, o Diário de Coimbra passou por períodos muito conturbados da história, mas conseguiu manter a sua atividade jornalística até aos dias de hoje, tornando-se num jornal de referência no âmbito do jornalismo regional em Portugal, mas também na Europa.

Durante os mais de 90 anos de publicação diário, o jornal Diário de Coimbra ficou impedido de publicar cerca de um ano, em 1945, devido à censura imposta pelo Estado Novo.

Designando-se desde a sua criação como um projeto “regionalista e em defesa da descentralização dos poderes centrais”, ao Diário de Coimbra acrescentaram-se mais três jornais na zona Centro, integrando o mesmo grupo, em Aveiro, Viseu e Leiria. O Diário de Aveiro surge no dia 19 de junho de 1985 e o Diário de Leiria nasce dois anos depois a 13 de outubro de 1987, ambos sob a direção de Adriano Callé Lucas. Dez anos mais tarde, a empresa Diário de Coimbra expande-se mais uma vez e nasce o Diário de Viseu a 2 de junho de 1997 sob a mesma direção.

Assentando na defesa da “regionalização do país” o Diário de Coimbra manteve ao longo dos últimos anos uma estreita ligação com alguns territórios da região centro, nomeadamente, com o concelho de Cantanhede, onde manteve durante muitos anos uma delegação do jornal, e com a Figueira da Foz. Atualmente, o jornal integra na sua edição uma página dedicada aos assuntos da Figueira da Foz, devido à sua importância na região de Coimbra e, por vezes, uma página dedicada apenas a Cantanhede.

Segundo o Estatuto Editorial:

O Diário de Coimbra defende a criação da Região das Beiras e a regionalização do país, enquanto processo de efetiva descentralização e transferência de poderes e competências

para as várias regiões, para que cada comunidade regional ou local possa decidir sobre o que mais diretamente lhe diz respeito.

Num suplemento de homenagem a Adriano Lucas pelos 60 anos à frente do Diário de Coimbra, publicado a 21 de janeiro de 2011 (ano do falecimento do diretor) é possível perceber que ao longo da existência do Diário de Coimbra o jornal regional de referência tomou algumas posições públicas acerca de assuntos relevantes para a população de Coimbra e para a região das Beiras.

De destacar a posição tomada pelo Diário de Coimbra, em 1999, contra a co-incineração nas cimenteiras de Souselas e na Maceira. Após o anúncio da ministra do Ambiente do Governo de António Guterres, Elisa Ferreira, de que as cimenteiras iriam servir para a queima de resíduos industriais perigosos, o jornal insurgiu-se contra esta medida poucos dias depois deste anúncio polémico, alertando para os riscos na saúde das populações de Souselas e de Coimbra, caso se iniciasse ali a queima dos resíduos químicos.

Na época, o jornal promoveu duas petições – uma do Diário de Coimbra e outra do Diário de Leiria (contra a queima em Maceira) e reuniram quase 65 mil assinaturas em poucos dias. Posteriormente, as petições foram entregues pelo próprio diretor Adriano Lucas e pelo seu filho Adriano Callé Lucas ao presidente da Assembleia da República.

A par desta petição, o jornal “ouviu especialistas de diferentes áreas científicas, revelou e desvendou o processo, publicou estudos que deram como certa a debilidade da saúde da população de Souselas e também dos efeitos que a queima teria em Coimbra, dos problemas acrescentados com o transporte de resíduo, e divulgou as melhores soluções, caso, por exemplo, dos CIRVER”, dão nota no suplemento.

Mais tarde, em 2010, o jornal tomou nova posição política, desta vez, demonstrando a sua posição favorável a favor do Metro Mondego. Em causa, estava a decisão do então governo de José Sócrates de “adiar ou mesmo cancelar, o projeto do Metro Mondego” depois de ter sido anunciado o desmantelamento da linha do comboio da Lousã. Deixando assim os populares utilizadores desta linha sem comboio e sem metro, acrescentava o diretor no editorial citado no suplemento de homenagem.

Face a esta posição demonstrada publicamente, o jornal lançou novamente uma petição pública contra a paralisação das obras do Metro Mondego, alcançando mais de 10 mil assinaturas que foram entregues posteriormente ao presidente da Assembleia da República.

Estes são apenas dois exemplos que demonstram a forte ligação que o jornal regional tem à cidade e à região das Beiras, defendendo as populações de decisões políticas que não visavam o

interesse público da população do interior do país, levando o jornal a tomar um papel ativo na cidadania, tendo como base o direito e o dever de informar os leitores de forma factual, verdadeira e livre.

5.2 Organização da redação do jornal

O Diário de Coimbra tem sede na Rua Adriano Lucas, n.º 161, e tem como diretor Adriano Callé Lucas; Miguel Callé Lucas é diretor adjunto e João Luís Campos é diretor adjunto executivo. Teresa Veríssima assume o cargo de diretora geral e Manuela Ventura é diretora executiva do jornal. A redação do jornal conta com dois chefes, Ana Margalho e Manuel de Sousa. Atualmente, tem uma tiragem média de 8 mil exemplares diários.

Durante o período em que realizei o meu estágio no Diário de Coimbra, a redação do jornal contava com o trabalho de 18 jornalistas efetivos, e com alguns colaboradores pontualmente responsáveis pela cobertura mediática de assuntos da região das Beiras, uma jornalista estagiária, dois fotógrafos, três paginadores e uma secretária de redação (também jornalista).

Habitualmente, nos dias úteis havia um jornalista responsável por abrir o jornal cerca das 8h00, normalmente era o José João Ribeiro, e realizar os primeiros contactos para as autoridades e para as corporações de bombeiros de toda a região a fim de apurar se tinham existido ocorrências desde a hora do fecho do jornal até à manhã seguinte. Esse jornalista era o responsável por seguir ao longo de todo o dia as ocorrências que surgissem na cidade e em toda a região a fim de obter mais informações sobre essas situações. Para além disso, era a mesma pessoa que ficava responsável pelas páginas de necrologia da edição do dia seguinte, ou seja, recolhia as informações dos óbitos, muitas vezes, das próprias funerárias, através de contactos ou pelas páginas do Facebook. Segundo os diretores e chefes de redação esta secção do jornal trata-se de uma parte muito importante e relevante para o jornal, uma vez, que os leitores mais idosos têm uma especial atenção pelo obituário.

Para complementar a resposta aos diversos acontecimentos da cidade e da região, todos os meses é estipulado uma escala de piquetes, ou seja, em cada dia da semana um dos jornalistas fica responsável por trabalhar até à hora do fecho da edição que, normalmente, não se estendia além da meia-noite, entrando ao serviço a partir das 16h00. O jornalista fica responsável por dar continuidade ao trabalho de cobertura de ocorrências, iniciado pelo jornalista que abre a redação, e ao trabalho do serviço de necrologia que podem surgir depois das 18h00. Contudo, este mesmo

jornalista tem frequentemente agendados trabalhos que se realizam ao final da tarde ou noite, cuja notícia tem de escrever para a edição do dia seguinte

O Diário de Coimbra divide, habitualmente, a sua edição diária tendo em conta as notícias dedicadas aos temas de “Coimbra”, da “Região das Beiras”, onde se incluem as páginas da Figueira da Foz e de Cantanhede, de “Desporto”, de “Empresas e Negócios”, “Nacional e Internacional”, Além disso, o jornal ainda integra páginas dedicadas à publicação de textos de opinião de várias entidades e personalidades da cidade, mas também tem um espaço dedicado à opinião dos próprios leitores, na secção “Fala ao Leitor”.

De forma a aprofundar algum tema em específico, abordar comemorações de municípios ou de celebrações o Diário de Coimbra publica com alguma frequência suplementos ao jornal, designados na gíria jornalística, como “especiais”, cujo trabalho pode ser realizado por qualquer jornalista que seja designado para tal.

Com uma periodicidade de duas em duas semanas é publicado um suplemento dedicado à temática da saúde e outro dedicado ao ensino, designado por “Diário da Turma”. Ambos os suplementos têm duas jornalistas dedicadas a cada uma das temáticas, tendo a responsabilidade de escolher os temas daquela publicação, fazer entrevistas e escrever as notícias, entrevistas e reportagens.

A secção de Desporto conta com o trabalho de três jornalistas que se dedicam apenas a esta temática e a secção de “Empresas e Negócios” também tem, habitualmente, duas jornalistas alocadas a esta secção mais comercial do jornal. Na secção de Coimbra e da Região o trabalho diário é distribuído pelos restantes jornalistas presentes.

Apesar de existir esta divisão de editorias no jornal impresso, os jornalistas que trabalham no dia podem ficar responsáveis pela cobertura mediática de diferentes temas, desde assuntos da cidade ou região, da cultura à política, ensino superior e academia, à cobertura mediática de crimes, por exemplo. Contudo, o tratamento de casos de Tribunal ou a ocorrência de crimes mais graves, normalmente, são tratados por um conjunto de jornalistas que têm mais experiência e conhecimentos dentro desta área jurídica e judicial.

Segundo esta organização, diariamente, ao fim do dia de trabalho a agenda do dia seguinte é organizada pelo diretor, pelos chefes de redação e pela secretária de redação que discutem quais devem ser os assuntos que merecem ser alvo de cobertura mediática, desde conferências de imprensa, agenda cultural, política e assuntos do dia. Face a isto, os trabalhos são distribuídos pelos jornalistas e pelos fotógrafos disponíveis no dia, tendo em conta os horários e as temáticas tratadas.

Posteriormente, a agenda é enviada, via email, aos jornalistas e aos dois fotógrafos para que tenham conhecimento da agenda de trabalho definida para o dia seguinte.

Apesar de existir esta agenda de trabalhos diária, tratando-se de um jornal diário e com uma cobertura mediática abrangente no que diz respeito à cidade e à região podem surgir novos trabalhos ou ocorrências que podem alterar a agenda. Normalmente, a cada um dos jornalistas da redação é dado um assunto ou trabalho de agenda para escrever e sair na edição do dia seguinte. Contudo, pode ser necessário que o jornalista trate também de comunicados de imprensa ou notícias da Lusa.

Quando não é possível que um dos fotógrafos acompanhe o jornalista, este é o responsável por fazer a reportagem fotográfica do acontecimento ou fazer pequenos vídeos para o site, tendo à sua disposição uma máquina fotográfica da redação para esse efeito. Isto demonstra que cada vez mais é solicitado ao jornalista que seja capaz de realizar múltiplas funções, além da escrita de notícias.

Durante o meu estágio na redação fui sentindo que existe uma dedicação da direção e dos próprios jornalistas em acompanhar um grande número de eventos do interesse público, dando assim uma informação completa e factual aos seus leitores. Para isso, a aposta em reportagens, nomeadamente, faz parte do trabalho dos jornalistas, sempre que é possível.

5.3 O meu estágio na redação do Diário de Coimbra

O estágio curricular no âmbito do Mestrado em Jornalismo e Comunicação foi realizado no Diário de Coimbra e teve início no dia 13 de outubro de 2021 e término no dia 31 de janeiro de 2022, cumprindo um horário das 10h00 às 19h00, todos os dias úteis. Durante esse período realizei todo o tipo de trabalho jornalístico, contribuindo para a edição diária do jornal.

A realização do estágio na redação do Diário de Coimbra foi uma oportunidade única de adquirir conhecimento empírico, aprender com jornalistas experientes e começar a delinear o meu percurso enquanto jornalista. Aliás, considero que a minha experiência durante os três meses e meio na redação do Diário de Coimbra foi muito positiva e enriquecedora em vários aspetos, tanto ao nível pessoal, como profissional. De facto, este estágio superou as minhas expectativas criadas acerca do jornalismo regional e, de algum modo, veio alterar a minha perceção negativa acerca do jornalismo local e fez-me ponderar prosseguir a minha carreira neste ramo do jornalismo.

Inicialmente, o estágio teria duração de três meses, contudo, decidi a par com a direção do jornal estender a minha “estadia” no jornal até ao final do mês de janeiro. Esta decisão teve como

fundamento, em primeiro lugar, a minha vontade e motivação em aprender mais em contexto prático e em redação e, em segundo lugar, o feedback que fui recebendo, tanto dos chefes de redação como do diretor-adjunto, quanto ao meu desempenho.

Quando iniciei o meu estágio curricular a pandemia de Covid-19 ainda se fazia sentir e fazia parte do nosso quotidiano em redação e na sociedade. Porém, foi possível realizar o meu estágio curricular em ambiente de redação, sem ser necessário recorrer ao teletrabalho. Considero que este foi um aspeto muito positivo e que contribuiu para o meu desenvolvimento profissional, porque tive a oportunidade de trabalhar sem sentir de forma muito significativa os constrangimentos desta circunstância que todos vivemos.

Nesse sentido, consegui realizar o meu estágio de modo presencial, realizar trabalhos fora da redação e penso que o acompanhamento feito pelos orientadores foi muito mais próximo e prático do que se estivesse em regime de teletrabalho.

Antes de iniciar o meu estágio curricular, tive a oportunidade de reunir com o diretor-adjunto do Diário de Coimbra, João Luís Campos, para conversar acerca da organização do jornal em termos de trabalho, sobre o que seria expectável quanto à minha passagem pela redação e como é que seriam os meus dias em redação. ~

Já no meu primeiro dia de estágio na redação do Diário de Coimbra conheci a equipa de jornalistas que estava naquele dia em redação e os chefes de redação. O meu estágio foi orientado de uma forma mais próxima pela Ana Margalho, chefe de redação, sempre sob observação do diretor adjunto que, desde o primeiro dia, se demonstraram abertos e recetivos às minhas questões, dúvidas e propostas de trabalhos.

Ainda no primeiro dia de estágio, garantiram que teria um lugar e um computador na redação para trabalhar e depois de assegurarem as condições necessárias para desempenhar o meu trabalho comecei por tratar alguns comunicados de imprensa.

Desde o primeiro momento, demonstrei que estava motivada para aprender, para propor ideias e contribuir da melhor forma para o trabalho de toda a redação, adquirindo verdadeiras competências no campo jornalístico, ao longo dos mais de três meses de estágio curricular. Da parte da direção do jornal só posso elogiar a abertura às minhas propostas e ideias de possíveis trabalhos que tive a oportunidade de executar ao longo do meu estágio.

A minha adaptação à redação, aos colegas e à exigência pretendida foi facilitada devido à minha experiência adquirida no Departamento de Informação da Rádio Universidade de Coimbra, ao longo de três anos, enquanto frequentei a licenciatura e o primeiro ano de mestrado. Foi, sem dúvida, uma mais-valia na minha integração nas rotinas profissionais do Diário de Coimbra, assim como na capacidade de compreender e executar o que me era pedido, uma vez que já tinha

adquirido competências práticas, dentro do jornalismo, de como por exemplo tratar de comunicados de imprensa, mas também já tinha o à vontade necessário para ir a uma conferência de imprensa e escrever a notícia, fazer reportagens ou entrevistas. Apesar da minha experiência mais enriquecedora ser em jornalismo radiofónico, já tinha capacidades de trabalho em jornalismo que facilmente adaptei à realidade do jornalismo impresso.

Na primeira semana de estágio conheci a equipa, tive contacto de como eram as rotinas profissionais e tive tempo de me ambientar à redação antes de ter algum trabalho marcado na agenda.

Ainda no primeiro dia comecei por tratar de dois comunicados de imprensa que me foram entregues pela chefe de redação que transformei em notícias. Nos primeiros dias comecei por tratar alguns comunicados de imprensa de diversos assuntos e alterá-los quanto ao tamanho, quanto ao ponto de abordagem com o intuito de transformá-los para as características de uma notícia. Inicialmente, tratei de assuntos mais simples para compreenderem em que “nível” estaria na compreensão do que é uma notícia, a sua estrutura e a sua linguagem jornalística. Para isso, comecei também a fazer os primeiros contactos telefónicos com o intuito de recolher declarações acerca de determinado assunto para, posteriormente, escrever a notícia.

Ao fim de uma semana tive o meu primeiro trabalho fora da redação e a partir desse dia fui ganhando confiança para realizar outros trabalhos e a partir daí comecei a ter todos os dias trabalhos marcados na agenda.

A minha adaptação como estagiária numa redação profissional superou as minhas expectativas. Desde o primeiro dia senti que estava a ser tratada, efetivamente, como um elemento integrante da equipa de jornalistas. Por isso, foi-me incumbido também um grande sentido de responsabilidade, à semelhança daquele que era esperado dos jornalistas com mais anos de experiência na redação. Sabendo isto, esforcei-me para conseguir corresponder às expectativas da equipa, mas também às minhas expectativas que tinha traçado para os meses de estágio.

Na minha perspetiva este sentimento de que estava a ser tratada no âmbito profissional como uma jornalista, cujo trabalho era tido em consideração com seriedade e respeito, foi mais um fator imprescindível para o sucesso que considero ter sido o meu estágio curricular. Aliás, desde o primeiro dia em redação, contei sempre com o apoio não só dos diretores e dos chefes de redação, como dos outros jornalistas com quem estive sempre à vontade para tirar dúvidas, partilhar ideias e, essencialmente, aprender.

Como nos debruçamos durante este relatório, a aposta no online e na produção de conteúdos diversificados não é uma realidade no Diário de Coimbra que continua a apostar na

produção de conteúdos para a edição em papel, omitindo as possibilidades de investir no site ou nas redes sociais, como forma de captar novos públicos, principalmente, os mais jovens.

Nesse sentido, não tive a oportunidade de explorar ferramentas tecnológicas ou digitais dentro do jornalismo e não desenvolvi o conhecimento em multimédia que fui adquirindo ao longo da licenciatura e do mestrado.

5.3.1 O dia a dia em redação

Todos os dias ao chegar ao jornal era prática recorrente de todos os jornalistas começarem o dia por lerem a edição do Diário de Coimbra, assim como o Diário As Beiras com o intuito de nos inteirarmos acerca das notícias do dia e perceber quais foram as notícias dadas por cada jornal para entender a diferença de abordagens, os temas que mereceram destaque na primeira página ou quais foram os ângulos de abordagem escolhidos por cada um dos órgãos face ao mesmo assunto ocorrido no dia anterior.

Todos os dias, cada um dos jornalistas tinha, habitualmente, um trabalho marcado na agenda, acompanhada por um fotógrafo, e ficava responsável por ir ao trabalho, voltar à redação e redigir a notícia, reportagem ou entrevista. Como estagiária trabalhava segundo as mesmas regras. Depois de ir a um determinado trabalho regressava à redação e falava com a chefe de redação acerca do tema tratado e de como tinha corrido o trabalho. Consoante a relevância e a importância da notícia, a chefe de redação designava um espaço numa página da edição do dia seguinte para redigir a minha notícia. Se fosse um tema que tivesse mais dificuldade em tratar jornalisticamente solicitava ajuda para entender qual é que poderia ser o foco da notícia. Caso já tivesse delineado o foco da notícia começava a escrever. A par com a escrita da notícia, cabe ao jornalista escolher a fotografia que sai na edição.

Normalmente, os trabalhos que realizava eram conferências de imprensa convocadas pelas mais diversas entidades e instituições da cidade, cobertura de eventos culturais, congressos ou conferências. No entanto, também fiquei responsável por redigir notícias sobre assuntos que poderiam surgir no dia.

Iniciei o meu estágio em outubro coincidindo com a realização da Queima das Fitas que marcou o regresso da festa depois de dois anos de pandemia por Covid-19. Por isso, propuseram-me que fizesse algumas reportagens de algumas noites da festa académica para a edição do dia seguinte.

Tendo em conta a minha experiência na RUC e o meu interesse por questões de ensino superior e academia, tive a oportunidade de realizar alguns trabalhos dentro desta editoria que era habitualmente tratada pela Ana Margalho. Além dessa temática, também realizei vários trabalhos que se podem considerar da editoria de sociedade.

Ao longo do meu estágio tratei de diversos assuntos e temáticas, contudo, não tive a oportunidade de assistir a um julgamento no Tribunal, porque apesar de ter demonstrado essa vontade e de ter acompanhado em duas situações distintas o jornalista que iria cobrir o julgamento, as sessões foram adiadas e, por isso, não me foi possível assistir.

Compreendendo as minhas limitações no que diz respeito à política local, também não foi um tema com o qual tivesse muito contacto durante o meu estágio, apesar de ser um tema sobre o qual tentava aprofundar o meu conhecimento.

Os três meses e meio em que estive integrada na redação não foram fáceis, mas foram de uma aprendizagem intensa e de formação ética e deontológica que enriqueceu em grande medida o meu percurso como futura jornalista.

Sendo uma aspirante a jornalista, por vezes, a falta de confiança nas minhas capacidades dificultou o trabalho de seleccionar determinada informação em prol de outra, uma vez que ao jornalista cabe a escolha do ângulo de abordagem e, por isso, tive muitas vezes o receio de não estar a abordar determinada temática como seria expectável.

Esta dificuldade foi sendo ultrapassada com a ajuda dos chefes de redação, uma vez que, quando regressava à redação após um trabalho era fulcral discutir com o responsável pela edição aquilo que seria noticiado no meu texto, existindo assim um debate aberto sobre aquilo que eu achava mais fundamental e mais importante.

5.3.2 Os desafios e as conquistas do estágio curricular

O meu estágio curricular no Diário de Coimbra foi um desafio na medida em que a experiência que tinha era na área do jornalismo radiofónico e, portanto, no início a minha maior dificuldade foi a adaptação da escrita radiofónica, que é por norma mais sucinta, para uma escrita de jornal impresso, que deve ser mais explícita. Inicialmente, tinha dificuldade em escrever uma notícia de forma fluída, com o número de caracteres pretendido e de forma desenvolvida. No jornalismo radiofónico, a escrita acaba por ser encurtada, pois os “sons” das declarações é que complementam a notícia num todo e no jornalismo impresso é necessário integrar as declarações no texto, complementando com as informações que dão o contexto à situação.

Considero que a minha maior dificuldade foi a adaptação ao antigo acordo ortográfico, uma vez que até ao momento do meu estágio o jornal Diário de Coimbra não tinha feito a mudança para o novo acordo ortográfico, aprovado há cerca de dez anos. E, tendo eu aprendido desde o ensino básico a escrever sob as regras no novo acordo ortográfico, foi verdadeiramente um desafio para mim, mas também para os meus orientadores, porque tinham de corrigir o trabalho com uma maior atenção. No entanto, sinto que não fui prejudicada por isso, porque os jornalistas compreendiam que era um desafio para mim ter de me adaptar ao antigo acordo.

Por último, a minha terceira dificuldade teve a ver com a construção de títulos para as minhas notícias. De uma forma geral, o tamanho dos títulos já está designado pelo modelo de paginação escolhido pelo editor do dia, não existindo uma grande margem para o tamanho que o título deve ter. Quando falamos de um jornal impresso, temos de considerar um espaço físico e um número de caracteres mais rigoroso do que quando falamos de conteúdos jornalísticos realizados a pensar na publicação no site ou nas redes sociais. Posto isto, a maior dificuldade foi conseguir agregar num título a ideia ou o foco da notícia de uma forma simples, mas que fosse chamativa e sem cair no sensacionalismo. Com o tempo que passei na redação fui aprendendo como construir um título com as características desejáveis, mas continua a ser uma das minhas maiores dificuldades no que ao jornalismo impresso diz respeito.

Apesar das dificuldades apontadas, penso que consegui adquirir competências que me foram transmitidas sempre num ambiente de aprendizagem, de seriedade, de ensinamento e, principalmente, de respeito, onde também tive espírito crítico e abertura para questionar, debater o trabalho jornalístico. Para isso, o tempo que tanto os chefes de redação como os diretores dispensavam para me ensinar, a mim e a outros estagiários que passaram pela redação, foi imprescindível para a minha aprendizagem prática.

Esta disponibilidade e tempo para ensinar são aspetos relevantes e que devem ser realçados pela raridade de se encontrarem numa redação profissional, porque sabemos que no jornalismo são poucos os jornalistas com tempo para ensinar no meio de um dia atarefado, e que tenham a disponibilidade de ensinar os recém-chegados às redações. O que encontrei no Diário de Coimbra foi, penso eu, um caso raro de uma equipa de jornalistas disponíveis para ensinar os mais jovens, mesmo que como no caso do Diário de Coimbra sejam em número reduzido.

Nas primeiras semanas, os meus trabalhos eram corrigidos, habitualmente, em conjunto com a Ana Margalho que fazia questão de me ajudar nas minhas dificuldades iniciais. De realçar que esta correção era realizada sempre num ambiente saudável, onde as alterações ao texto eram realizadas considerando a minha visão e tendo como base um contexto de verdadeira aprendizagem.

Após esse período inicial, os meus trabalhos eram entregues ao chefe de redação sem que fosse necessária uma revisão tão exaustiva e acompanhada, contudo, sabia que os mesmos poderiam ser alvo de alterações e correções para que fossem publicados. Isto, tendo em consideração que qualquer dúvida sobre o assunto a ser tratado poderia ser esclarecida quase no imediato, facilitando assim o trabalho de revisão e contribuindo para a minha aprendizagem.

Um outro aspeto que importa destacar é o facto de sair quase todos os dias “à rua” para realizar os trabalhos que me eram solicitados. Realço assim a proatividade da redação do jornal que, apesar das dificuldades, continua a fazer jornalismo fora das secretárias. Na minha visão, para se fazer jornalismo regional o jornalista não pode cingir-se a copiar comunicados de imprensa que lhe chegam ao email, um jornalista deve questionar, procurar motivos de reportagem e estar próximo da população, porque só assim conseguirá fazer um trabalho factual, verdadeiro e mais próximo da realidade.

Para isso, não basta ir aos locais dos acontecimentos. Frequentemente, era desafiada a questionar os intervenientes envolvidos, evitando assim ser mais uma jornalista “pé de microfone” que assiste a um acontecimento sem ter a capacidade de questionar e refletir sobre a informação transmitida.

Penso que o questionamento, o espírito crítico e a capacidade de se manterem afastados das influências dos poderes locais que encontrem na redação do Diário de Coimbra são um bom exemplo de como o jornalismo, apesar das suas crises, consegue manter a sua integridade moral e ética, constituindo-se como um bom exemplo dentro dos *media*.

Ao longo do meu período de estágio no Diário de Coimbra tive a oportunidade de ver muitos dos meus trabalhos destacados na primeira página do jornal, seja com destaque fotográfico, seja como manchete. Para mim, foi uma demonstração que tinha capacidades de tratar e redigir assuntos mais complexos, por vezes, mas principalmente relevantes e merecedores de destaque na primeira página de um jornal regional. De realçar que este destaque apenas foi possível, porque depositaram em mim a confiança necessária para ser capaz de realizar diversas notícias e reportagens.

Ao longo dos quase quatro meses em que integrei a redação do Diário de Coimbra aprendi a ter um grande sentido de ética profissional, respeitar o código deontológico do jornalista, assim como os valores que devem ser tidos em conta no jornalismo, como a imparcialidade, a factualidade, a verificação de factos e o respeito pelas fontes de informação. E, claro, tive a oportunidade de refletir e debater sobre o tema que serviu de base a este relatório de estágio: a proximidade.

Durante o estágio o meu trabalho focou-se muito na cobertura jornalístico de temas dentro do âmbito da cidade de Coimbra. Mas tive a oportunidade de executar alguns trabalhos no âmbito da região de Coimbra e, por isso, considero isto um ponto muito positivo na minha formação profissional, uma vez que me deu ferramentas para aprofundar o meu conhecimento da região, dos temas que são relevantes fora da cidade.

Tratando-se de um jornal regional, os assuntos noticiados são, naturalmente, de âmbito local e, por isso, tornou-se realmente importante que fosse capaz de aprofundar o meu conhecimento acerca das entidades, instituições, personalidades relevantes da cidade, mas também da região, assim como compreender quais eram as dinâmicas sociais, culturais, políticas vigentes na cidade. Com isto, ao longo do meu estágio fui ganhando ferramentas para conseguir tratar de assuntos com mais complexidade e ter a capacidade e o espírito crítico para escrever sobre elas.

Como vimos anteriormente neste relatório, o jornalista regional tem capacidades distintas do jornalista que trabalhe num órgão de comunicação social nacional, porque é um profissional que está inserido na comunidade, que conhece os seus agentes, os seus intervenientes, os seus debates e questões mais relevantes para que, com isso, tenha a capacidade de escrever sobre um qualquer assunto que seja do interesse do público. E, como tal, senti que, no Diário de Coimbra, para conseguir alcançar esse conhecimento também tive que me “fundir” na comunidade local. Nesse sentido, tive de estar mais atenta, conhecer as pessoas com quem ia contactando nos trabalhos, ouvir os intervenientes com atenção e isso fez também parte do meu trabalho como jornalista estagiária.

5.4 Os meus trabalhos mais significativos

Ao longo de quase quatro meses de trabalho em redação, realizei dezenas de trabalhos muito diferentes e que foram um desafio para mim. Os meus dias de trabalho nunca eram iguais, uma vez que não estando alocada a nenhuma editoria específica, tratei de diversos assuntos consoante a necessidade de cobrir determinados eventos. Como só tínhamos acesso à agenda do dia seguinte ao final da tarde de cada dia era sempre um desafio para mim inteirar-me em pouco tempo acerca de uma temática e realizar o trabalho no dia seguinte. Por isso, houve trabalhos que tive mais dificuldade em executar devido à rapidez e à mudança de temas gerais que tinha de tratar todos os dias, sendo necessário ter sempre presente um espírito crítico sobre os trabalhos que realizava.

Como referi anteriormente, muitos destes trabalhos mereceram destaque na primeira página do jornal, o que demonstra a relevância de alguns trabalhos feitos durante o estágio e que se tornam fundamentais destacar como exemplos da diversidade de temas que abordei e a sua importância num contexto de jornalismo regional.

5.4.1 “UC investe 200 mil euros em obras no edifício da AAC”, publicado na edição do dia 20 de outubro de 2021

Após cinco dias de ter iniciado o meu estágio, indicaram-me um primeiro trabalho “no terreno” que mereceu destaque na primeira página do jornal no dia 20 de outubro de 2021 com o título “UC investe 200 mil euros em obras no edifício da AAC” (**Anexo 1**).

Apesar de não ter sido o meu trabalho publicado no jornal, foi o primeiro com mais relevância, tendo em conta, que as obras no edifício da AAC eram há muito tempo reivindicadas e esperadas pela comunidade académica.

A informação de que se iria realizar a conferência de imprensa para anunciar o início das obras foi enviada no dia anterior para a redação do Diário de Coimbra e, sendo sobre uma temática sobre a qual já tinha demonstrado ter algum conhecimento adquirido nos meus anos no departamento da Rádio Universidade de Coimbra, perguntaram-me se queria cobrir a conferência de imprensa.

Nesse sentido, foi uma excelente oportunidade para sair da redação e assim alcançar alguma autonomia no meu trabalho enquanto jornalista estagiária, sendo que não foi necessário que nenhum jornalista da redação me acompanhasse no trabalho.

No dia seguinte, dirigi-me à conferência de imprensa no edifício da AAC, convocada pela Direção-Geral e pela reitoria da Universidade de Coimbra com o intuito de informar que as obras no edifício da AAC iriam avançar. Após os intervenientes apresentarem o projeto das obras, aos jornalistas foi dada a oportunidade de colocar as questões que achassem pertinentes. A fim de esclarecer alguns detalhes quanto ao valor e duração das obras coloquei as questões que tinha e, no fim, voltei à redação para escrever a notícia. Sobre a cobertura mediática de conferências de imprensa, desde a minha formação académica e não académica aprendi que o jornalista deve interrogar-se e questionar os intervenientes a fim de conseguir que os factos e as informações sejam o mais factuais possível.

Tendo em conta a informação que tinha, escolhi colocar no título o valor do investimento que a Reitoria da Universidade de Coimbra iria levar a cabo a fim de melhorar as condições do edifício da AAC.

Esta opção teve por base duas razões: primeiramente, porque o Diário de Coimbra como jornal local tende a dar uma maior atenção aos assuntos da Associação Académica de Coimbra e da própria academia, uma vez que estas entidades são parte da comunidade conimbricense. Em segundo lugar, como já referi, tratavam-se de obras de extrema importância, uma vez que a falta de segurança do edifício e as constantes infiltrações nas salas das diferentes secções já havia sido tema de notícias e denúncias pelos órgãos de comunicação estudantis.

Por isso, é que esta notícia mereceu destaque na primeira página do jornal, considerando-se assim um tema próximo, de relevância e atual. Apesar de ter tido a liberdade de escolher o ângulo para a abordagem do tema, cabe ao diretor e aos chefes de redação quando estão a preparar o fecho da edição do jornal a escolha quais são as notícias que merecem destaque na primeira página. Ou seja, muitas vezes, apenas no dia seguinte ao ler o jornal é que sabia que alguma das minhas notícias tinha sido manchete ou destaque na primeira página do jornal.

5.4.2 UC pode vir a perder mais de um terço dos docentes até 2030, publicado na edição do dia 25 de novembro de 2021

Esta notícia surgiu no âmbito de uma iniciativa promovida pela Universidade denominada “Dias da Empregabilidade” (Anexo 2). A sessão oficial da iniciativa teve lugar no auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra e contou com a presença da vice-reitora em funções na altura, Cristina Albuquerque, do ainda reitor da UC, Amílcar Falcão, e do presidente da Associação Académica de Coimbra que estava em funções na altura desta notícia, João Assunção. Durante a sessão, a vice-reitora explicou qual seria o programa do evento que decorreria ao longo dos dias seguintes. Contudo, para mim a notícia daquele evento teria que ser as declarações proferidas durante a intervenção do reitor. O reitor aproveitou a iniciativa para realçar e alertar para a redução drástica do número de docentes no futuro. Aproveitando o tema da empregabilidade, o reitor acabou por falar sobre a realidade do emprego em Portugal, da falta de condições para os recém-licenciados e sobre a necessidade de começar a contratar docentes mais jovens para colmatar a possível falta que pode afetar a Universidade a curto médio prazo.

Apesar de ter ido à sessão para escrever sobre esta iniciativa “Os Dias da Empregabilidade”, como jornalista dei prioridade e maior enfoque às declarações do reitor

Amílcar Falcão, por ser um tema mais relevante para a comunidade académica e para a sociedade e, porque, como depois pude confirmar, era a primeira vez que o reitor falava sobre esta preocupação numa sessão pública.

Depois de ter assistido à sessão, regresssei à redação e conversei com a chefe de redação e demonstrei que o destaque da notícia deveria ser este enquanto o plano da iniciativa deveria surgir em segundo plano. A Ana Margalho concordou, porque a atualidade e a relevância das declarações foram valores que se sobrepuseram à iniciativa.

Apesar de ter optado por abrir a notícia com as declarações do reitor, não podia deixar de lado a programação da iniciativa e, por isso, num “caixilho” (caixa de texto em destaque) escrevi sobre as sessões mais relevantes que iam decorrer nos dias seguintes.

Este foi um exemplo da imprevisibilidade do trabalho do jornalista, na medida em que fui preparada para tratar de um tema, neste caso tratava-se da programação do evento, e acabou por surgir um novo tema na discussão que acabou por ter destaque no jornal.

De realçar que o jornalista do Diário As Beiras que cobriu este evento escreveu apenas sobre a iniciativa da UC, não dando grande relevância às declarações do reitor. Deste modo, penso que consigo que a minha notícia teve uma maior relevância a nível local e regional, dando ênfase a uma questão preocupante também ao nível nacional demonstrando por um reitor de uma das maiores universidades do país.

5.4.3 “Compra de bilhetes gera confusão e longas filas junto à Praça da Canção” publicado na edição do dia 23 de outubro de 2021

Em outubro de 2021 voltou a realizar-se a Queima das Fitas, depois de duas edições canceladas devido à pandemia por Covid-19, e a procura por bilhetes foi tão grande que no primeiro dia de festa a confusão instalou-se na Praça da Canção, Parque Verde do Mondego (Anexo 3).

Normalmente, o jornal faz uma cobertura mediática bastante completa da festa dos estudantes e, por isso, quando tivemos conhecimento das filas que se estavam a formar a chefe de redação pediu que me dirigisse à Praça da Canção para perceber o que se passava e se fosse possível fazer uma reportagem.

Eu já estava atenta à possibilidade de se gerar alguma confusão, mas ninguém contava que se formassem filas com largas centenas de metros tanto no Parque Verde como no próprio tabuleiro da Ponte de Santa Clara, causando constrangimentos no trânsito naquela zona da cidade. Como já

estava destacada para fazer a cobertura de algumas Noites de Parque, dirigi-me até ao “queimódromo”, acompanhada pelo fotógrafo do jornal, em busca de pontos de vista para a reportagem pedida.

Para isso, comecei a entrevistar vários estudantes que esperavam ao sol na fila para perceber a afluência ao recinto e há quantas horas estavam à espera para comprar bilhete.

De realçar que, numa altura em que a sociedade se preparava para regressar à normalidade depois de largos meses de pandemia, a Queima das Fitas, realizada em outubro, gerou, para além destas filas durante o dia e à noite para entrar no recinto, uma onda de críticas devido à possibilidade de surgir um novo foco de contágio pela doença Covid-19. Uma vez que se iria realizar sem que existisse a obrigatoriedade do uso de máscara e era esperada uma grande aglomeração de pessoas no espaço da festa.

Tendo em conta todo o contexto e a excecionalidade deste acontecimento, um *media* regional não poderia negar ou omitir este acontecimento de grande dimensão e que resultou nas enormes filas que se formaram.

A Queima das Fitas é um evento de grande dimensão e, por isso, é inegável que tenha uma grande influência em toda a cidade, nos dias anteriores e ao longo da semana em que se concretiza. Esta notícia deu conta de uma situação fora do normal, principalmente, depois de quase dois anos de sucessivos confinamentos e, desse modo, mereceu destaque na primeira página por se tratar de uma excecionalidade com relevância no contexto local, essencialmente.

5.4.4 “Auto-testes quase esgotados em farmácias e grandes superfícies” publicado na edição do dia 1 de dezembro de 2021

A notícia “Auto-testes quase esgotados em farmácias e grandes superfícies” foi um trabalho realizado em colaboração com a chefe de redação Ana Margalho.

Devido à imprevisibilidade de agenda de trabalho, por vezes, os jornalistas não tendo trabalhos marcados na agenda, ficavam responsáveis por tratar de assuntos que fossem surgindo ao longo do dia e que teriam que ser alvo de um tratamento mais imediato. Nesse dia como não tive qualquer trabalho marcado na agenda, fiquei a realizar alguns trabalhos e a tratar de comunicados de imprensa, porém, a questão da falta de autotestes começou a marcar a agenda nacional.

Sendo um jornal regional, os temas devem pautar, efetivamente, por uma abordagem que explore a proximidade, a atualidade e a relevância tendo em conta a comunidade local e regional

de Coimbra. Este tema, apesar de ter surgido ao nível nacional, restringiu-se a tratar das necessidades e das ruturas de stock nas grandes cidades como Lisboa ou Porto.

Neste caso, a falta de autotestes para Covid-19 a nível nacional começava-se a sentir e a causar algum receio entre a população, uma vez que teria sido anunciado novo pacote de medidas para a prevenção da pandemia. Sendo um assunto que estava na ordem do dia, a Ana Margalho pediu-me ajuda para realizar uma série de telefonemas para farmácias e superfícies comerciais para fazer um levantamento da situação de falta de testes em Coimbra, porque como jornal regional tem o dever de levar até ao seu público as questões mais atuais.

Este foi um exemplo de um trabalho de jornalismo “sentado”, porque não foi necessário sair da redação para ser possível fazer uma notícia sobre este tema. Nesse sentido, iniciei os contactos para as diversas empresas e farmácias e percebi que a maior parte dos estabelecimentos estava com rutura de stock e não tinham informação quanto à data para receberem mais unidades. Tendo a informação necessária que confirmava o cenário ao nível nacional era importante para além de informar os leitores quanto à possível rutura de stock, informar onde é que os cidadãos poderiam realizar o teste à Covid-19. Tendo em consideração o contexto pandémico que vivíamos na altura, o excesso de informação sobre as medidas em vigor e a necessidade ou não de teste e em que contextos dificultou a veiculação da informação. Por isso, em conjunto com a Ana Margalho começamos a escrever a notícia com o intuito de informar os leitores sobre a situação de rutura, mas também sobre onde é que poderiam agendar para realizar os testes em farmácias e ainda sobre as regras que iriam entrar em vigor para o resto do mês de dezembro e início de janeiro.

Nesse sentido, a proximidade e a relevância do assunto foram os valores intrínsecos à escolha do ângulo de abordagem da notícia sobre os testes, tendo como ponto central, dar os factos e as informações aos leitores.

5.4.5 “Coimbra é cenário de “A Bela América” o novo filme de António Ferreira” publicado na edição do dia 30 de novembro de 2021

A reportagem “Coimbra é cenário de “A Bela América” o novo filme de António Ferreira” (Anexo 5) saiu na edição de 30 de novembro de 2021, mas o trabalho foi iniciado alguns dias antes, por se tratar de um tema diferente daquilo que já tinha feito até ao momento no estágio curricular.

Foi um dos trabalhos que mais gostei de realizar, porque tive a oportunidade de entrevistar o realizador e alguns atores que entram no filme, ao mesmo tempo, que pude acompanhar uma

manhã de gravações num ambiente totalmente diferente e novo para mim como jornalista tive de procurar qual seria o ponto de abordagem para a reportagem que iria escrever. Para isso, parti do pressuposto que não sendo um acontecimento muito habitual, deveria dar a conhecer aos leitores do Diário de Coimbra, os bastidores do filme e as conversas com os atores sobre a história.

A hipótese de acompanhar as gravações do filme “A Bela América” surgiu quando no jornal tiveram conhecimento que as mesmas iriam acontecer pela cidade. A chefe de redação começou a fazer contactos para perceber se haveria a possibilidade de um jornalista poder fazer a tal reportagem. Como o realizador, António Ferreira é natural de Coimbra tornou-se ainda mais relevante e interessante que se fizesse a reportagem. Para além disso, como algumas “cenas” do filme se passam na zona histórica da cidade, houve ruas cortadas ao trânsito, acabando por “mexer” por alguns dias com a dinâmica da cidade, essencialmente, na zona da Alta e Baixa.

Depois de confirmar que seria possível visitarmos um dos locais de gravação, a Ana Margalho desafiou-me para que fosse eu a fazer a reportagem sobre o filme e a acompanhar as gravações, antecipando-nos aos restantes jornais que só uns dias depois é que acompanharam um dia de gravações.

No dia marcado fui com o fotógrafo até ao local onde estavam a decorrer algumas gravações e tive a oportunidade de entrevistar o realizador António Ferreira, estar “dentro” de uma das cenas do filme mais impactante do enredo e ainda conversar com alguns dos protagonistas deste filme.

Foi uma experiência totalmente fora da minha zona de conforto, mas considero que foi muito positivo e enriquecedor poder fazer conteúdos diferentes do habitual.

Como a reportagem não era para sair no dia seguinte, tive tempo de trabalhar, de ouvir as entrevistas e escrever. Como se tratava de uma “soft new”, tive mais liberdade na escrita. Contudo, depois de escrever a reportagem tive o apoio da Ana Margalho para tornar o texto ainda mais apelativo à leitura para que despertasse a curiosidade dos leitores.

5.5 Considerações finais

Na impossibilidade de trazer todos os trabalhos que realizei durante o estágio, destaco cinco que considero que são representativos de valores-notícia como a proximidade, a relevância, a atualidade e a exceção que caracterizam o jornalismo no âmbito regional.

Neste caso, destaca-se a proximidade geográfica, como valor-notícia principal e fundamental para a realização destas notícias, já que todos as notícias dizem respeito a assuntos de Coimbra e não seriam de tamanha relevância se fossem lidos numa outra região do país.

Por outro lado, tanto na notícia sobre as declarações do reitor da UC, como das obras no edifício da AAC, destaco a atualidade e a relevância como valor-notícia que sustentaram a realização dos trabalhos. Além disso, o facto de se tratar de temas ligados diretamente com a Universidade de Coimbra a notícia ganha uma relevância maior para os leitores por se tratar de uma entidade de grande relevância socioeconómica, política e cultural para a cidade, com a qual se mantêm laços muito próximos historicamente.

O ensino superior, a universidade e a academia num todo, por exemplo, são assuntos que têm uma grande importância na cidade e que fazem parte da agenda do jornal quase diariamente, porque um jornal regional deve estar atento à sua comunidade, procurando esclarecer, informar e questionar os poderes locais e as entidades relevantes da cidade.

O interesse por estas questões facilitou a abertura para abordar e tratar destas temáticas, em comparação com outras temáticas que eram tratadas pela redação, e por isso, foi-me dada a oportunidade de realizar diversos trabalhos neste âmbito.

Contudo, e como o estágio foi um momento de intensa aprendizagem não poderia negar a oportunidade de realizar trabalhos dentro de outros temas, mesmo que considerasse à partida que teria mais dificuldades na sua execução.

Os assuntos acerca de crimes, julgamentos em tribunal ou política local estiveram fora do campo de trabalho durante o meu estágio curricular, porque além de não ter surgido a oportunidade de, por exemplo, assistir um julgamento em tribunal, eram assuntos sobre os quais apenas alguns jornalistas da redação trabalhavam.

De uma forma geral, as notícias de âmbito nacional restringem-se à página dedicada e o jornal dedicava-se à cobertura dos temas regionais e locais. No caso da pandemia Covid-19, a tendência poderia ser acompanhar a cobertura mediática feita a nível nacional. Contudo, como vimos no caso da notícia sobre os autotestes esgotados, apesar do problema ser a nível nacional, era do interesse dos leitores do Diário de Coimbra ter acesso à situação em Coimbra e não em Lisboa ou no Porto.

Apesar da aprendizagem ao longo dos meses de estágio, senti verdadeiramente falta de uma dinâmica mais direcionada para o âmbito digital. Durante três meses e meio a exploração de ferramentas tecnológicas e de multimédia não existiu e, por isso, se por um lado, senti que evolui muito na aprendizagem em jornalismo no meio tradicional, não posso afirmar que tenha tido a oportunidade de aprender e desenvolver competências no âmbito multimédia que é tão importante e relevante para o jornalismo digital.

Como vimos anteriormente neste relatório, o Diário de Coimbra ainda não deu “o salto” totalmente para o digital e para o mundo dos conteúdos multimédia, continuando a apostar nos

assinantes da edição em papel, renegando as oportunidades e possibilidades de se estabelecer no meio digital onde poderia captar novos públicos que já não têm o hábito de consumir notícias nos meios tradicionais, como o jornal.

Penso que nesse sentido, a falta de estímulo para criar conteúdos diferentes em diferentes suportes multimédia foi um dos pontos mais negativos deste estágio curricular.

Conclusão

O jornalismo está a viver há muito tempo sucessivos momentos conturbados que colocam todos os dias em causa a missão de informar, o direito à informação e o desafio de questionar os poderes governamentais e económicos numa sociedade cada vez mais globalizada.

Enquanto a desinformação avança a passos largos, a credibilidade dos jornalistas e do verdadeiro serviço público de informar é colocada em causa todos os dias, diminuindo a confiança conquistada ao longo dos anos nos *media*.

Já em 2012, Pedro Brinca alerta para o facto de os leitores estarem “fartos de notícias negativas” e que a “perceção da realidade de encontra enviesada”. Mais de dez anos depois podemos afirmar incontestavelmente que vivemos um período de mudanças transformadoras depois de vivermos a pandemia de Covid-19 e, atualmente, estarmos a viver uma guerra que “rebentou” na Europa que trouxeram inevitavelmente novos desafios ao jornalismo. Por um lado, o aumento do custo dos bens, a inflação e as dificuldades já sentidas em muitos meios de comunicação social, parecem colocar em risco a saúde financeira de muitas empresas, nomeadamente, no âmbito local e regional.

Segundo dados da Entidade Reguladora para a Comunicação (ERC) referentes a 2010 apontavam para a existência de cerca de 900 publicações periódicas regionais. Hoje, os números mais recentes apontam para pouco mais de 700 publicações de âmbito local e regional no ativo, em Portugal. A redução drástica de número de publicações regionais é uma consequência drástica da falta de investimento, de vitalidade e de qualidade do jornalismo no âmbito regional que tem sobrevivido a muito custo.

O jornalismo regional tem sido alvo de algumas investigações, mas saliento que seja importante investir tempo e recursos numa análise que vá mais longe do que uma análise quantitativa, porque não importa contabilizar se existe ou não um órgão de comunicação social num dado território, deverá ser fulcral avaliar se o órgão de comunicação social está, de facto, a informar e a dinamizar o debate público na comunidade. Por se tratar de um assunto complexo e sobre o qual os estudos são escassos, não foi tratado neste relatório, ficando assim apenas esta reflexão.

As dificuldades financeiras são também uma realidade do Diário de Coimbra que se viu fortemente afetado, primeiramente, pela pandemia de Covid-19 e depois pelo aumento desmedido do custo do papel a nível mundial.

Durante a pandemia, o jornal, apesar de ter reduzido o número de páginas da edição diária, nunca parou, contribuindo assim para que muitas pessoas que se viram isoladas vários meses tivessem acesso a informação credível e confiável relativamente à situação pandémica na cidade e na região.

Contudo, esta não foi uma realidade de muitos jornais que não conseguiram suportar as dificuldades financeiras que já se sentiam antes do aparecimento da pandemia. E, tendo em consideração este fenómeno de desaparecimento de dezenas de publicações podemos concluir, através de estudos recentes, que são muitos os concelhos onde a realidade é não existir nenhum meio de comunicação social, tratando-se de uma realidade preocupante.

Com poucas capacidades financeiras e de recursos humanos as condições de sobrevivência destes meios regionais põem em causa a cobertura mediática de concelhos que de outra forma só tem acesso a notícias do âmbito nacional. Nesse sentido, conclui-se que as comunidades locais e regionais ficam a perder inquestionavelmente por deixarem de ter acesso a um jornalismo de proximidade. E, por outro lado, deixa de existir um espaço aberto à participação dos cidadãos.

O estágio no Diário de Coimbra abriu-me novos horizontes e fez com que desenvolvesse um novo olhar sobre o jornalismo regional. Enquanto estudante da Licenciatura em Jornalismo e Comunicação e, posteriormente, do Mestrado na mesma área, fui confrontada várias vezes com uma ideia negativa e menosprezada (e até esquecida) da prática do jornalismo regional. E, por isso, nunca idealizei realizar o meu estágio curricular num meio de comunicação no âmbito regional, ambicionando fazer o estágio num qualquer jornal ou rádio nacional.

Contudo, numa altura em que os órgãos de comunicação social em Lisboa e no Porto voltavam a receber nas suas redações os estudantes de comunicação social e jornalismo de todo o país a minha procura por um estágio na capital não foi bem-sucedida.

Surge, assim, a possibilidade de realizar o meu estágio curricular no Diário de Coimbra, oportunidade essa que “agarrei” com motivação, e acabou por se tratar de uma experiência muito enriquecedora para o meu percurso académico e profissional.

Primeiramente, porque senti que, ao contrário do que já tinha ouvido de colegas que estagiaram em redações nacionais, fui tratada com a seriedade e o respeito devido. Durante os três meses e meio em redação, senti, muitas vezes, que estava a realizar trabalhos com a responsabilidade pedida a qualquer um dos jornalistas da redação, fazendo com que a minha experiência fosse ainda mais prática e com uma responsabilidade maior.

É natural que um jornal regional de referência e com 93 anos de história tenha a responsabilidade de se assumir como um órgão de comunicação independente dos poderes locais

e que preze pela verdade e pelos factos, qualidades impostas no exercício jornalístico assente em valores éticos e deontológicos da profissão.

Sendo um jornal regional senti que a proximidade aos cidadãos e às instituições faz parte do quotidiano da redação e que é uma característica presente tanto nas notícias publicadas, como nas próprias relações estabelecidas entre jornalistas e a cidade, mas também à região de Coimbra. Tal é notório com a rede de fontes e contactos existente na redação, sejam eles institucionais, cidadãos mais ativos civicamente ou dos poderes locais que facilitam a abordagem pluralista de temas e assuntos alvo de cobertura, como na diversidade de “vozes” nas notícias. O jornal tem inerente uma preocupação real em escutar os cidadãos que queiram participar no debate público, através, por exemplo, de denúncias de situações que devem ser escrutinadas pelos *media* locais. Aliás, é recorrente que cheguem à redação, seja por email, seja por chamadas telefónicas, vários contactos de populares com o intuito de denunciar algumas preocupações.

Esta foi a realidade que encontrei no Diário de Coimbra: um jornal preocupado em escutar e fazer ouvir as “vozes” dos cidadãos que têm algo a dizer acerca de questões, sociais, institucionais, governamentais, no fundo, que dizem respeito à vida em sociedade e ao interesse público.

Podemos afirmar que o Diário de Coimbra se pauta pelo exercício jornalístico assente em valores caracteristicamente mais tradicionais, pensados para o formato tradicional, continuando a renegar uma estratégia delineada para uma aposta no digital.

E, por isso, quando pensamos no Diário de Coimbra estamos longe de pensar num jornal com uma presença online que seja mais do que a mera transposição de conteúdos da edição em papel para o site e redes sociais.

Um jornal que, como já foi possível analisar, tem atualmente, uma tiragem de cerca de oito mil exemplares diários, torna-se incompreensível que não interprete o digital como uma porta para o surgimento de novas oportunidades de captar públicos mais jovens, por exemplo. Nos últimos dez anos, o jornal teve um decréscimo de cerca de dois mil exemplares que, na minha perspetiva, tendo em conta a população conimbricense seria facilmente recuperado e até aumentar o número de leitores do jornal em papel e no digital, se tivesse existido uma aposta estratégica em conteúdos diferenciados e complementares à edição em papel, à semelhança do que aconteceu nos jornais nacionais.

A questão da digitalização é de extrema importância para o jornalismo, uma vez que temos assistido a um decréscimo do interesse dos mais jovens por ler notícias nos órgãos de comunicação de referência, como é possível constatar em diferentes estudos supracitados.

De facto, podemos afirmar que é fulcral que se desenvolva a nível nacional uma estratégia que vise a educação para os *media* e a literacia mediática, chamando a atenção para a importância do jornalismo numa sociedade que será sempre desejável democrática e pluralista.

Conclui-se assim que sem bom jornalismo, perde-se o espaço noticioso assente em valores éticos e deontológicos para dar lugar a outro tipo de conteúdos, muitas vezes, considerados propagandísticas e manipulatórios.

Pensar em novos modelos de negócio, pensar novas formas de promover o cidadão na construção das notícias, repensar a presença no online são alguns dos desafios que o jornalismo regional terá de enfrentar para sobreviver num mundo cada vez mais interligado digitalmente.

Referências Bibliográficas

Amaral, V. (2006). *Os temas e as fontes na imprensa regional da cidade da Guarda* (pp. 12–58) [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM.

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6923>.

Amaral, V. (2012). A proximidade de uma imprensa regional à ideia de cidadania ativa. Em J. Correia (Org.), *Ágora - Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidade* (pp. 1-16). Livros LabCom.

Amaral, V. (2012). *O papel do jornalismo público na revitalização da imprensa em Portugal: O caso da imprensa regional* [Tese, Universidade da Beira Interior]. uBibliorum.

<https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/3958>.

Brinca, P. (2012). Jornalismo de proximidade e participação. Por uma dieta equilibrada de informação, contra a fast-information. Em J. Correia (Org.), *Ágora - Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades* (pp. 31-35). Livros LabCom.

Camponez, C. (2002). *Jornalismo de Proximidade*. Minerva.

Camponez, C. (2012). Jornalismo regional: proximidade e distâncias. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo. Em J. Correia (Org.), *Ágora - Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidade* (pp. 35-49). Livros LabCom.

Canavilhas, J., Carvalheiro, J. R., Ferreira, G. B., Morais, R., & Sousa, J. C. (2014). *Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos media portugueses memória de um projeto* (J. C. Correia, Ed.; pp. 7–17, 50–59). Livros LabCom.

Canavilhas, J. (2010). *Do Gatekeeping ao Gatekeeping: o papel das redes sociais no ecossistema mediático*. II Congresso Internacional Comunicación3.0. Universidade da Salamanca. Retirado de <https://campus.usal.es/~comunicacion3punto0/comunicaciones/061.pdf>.

Correia, J. (2012). A participação como desafio à profissão jornalística. In J. Correia (Org.), *Ágora - Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidade* (pp. 55-69). Livros LabCom.

Correia, J. (n.d.). *Jornalismo regional e cidadania. Universidade da Beira Interior*. Consultado a 4 de outubro de 2022, em <https://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-regional.html>.

Decreto-lei n.º 106/88, de 31 de março. Diário da República, 1.ª série- N.º76.

Decreto-lei n.º 1/99, de 13 de janeiro. Diário da República, 1.ª série- N.º 10.

Diário de Coimbra (2000). *1930-2000: Diário de Coimbra, 70 anos de História*. DC, Coimbra.

Diário de Coimbra. Estatuto Editorial. Consultado em 15 de abril de 2023, em: https://www.diariocoimbra.pt/estatuto_editorial.

Diário de Coimbra (2011). *Adriano Lucas - O decano da imprensa portuguesa*. Suplemento do Diário de Coimbra.

Ferreira, P. (2005). *O custo das não-decisões na imprensa local e regional em Portugal*. Comunicação E Sociedade, 7, 153–180. [https://doi.org/10.17231/comsoc.7\(2005\).1215](https://doi.org/10.17231/comsoc.7(2005).1215).

Ferreira, P. (2005). *O lugar da imprensa local e regional nas políticas da comunicação*. Em Livro de Actas – 4º SOPCOM. Aveiro. 20 a 21 de outubro de 2005. Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (pp.849-860).

Figueira, F. (2020). Jornalismo regional: dilemas e desafios contemporâneos. Em Antonio Hohlfeldt e Cristiane Finger (orgs.) *Interações comunicacionais*, pp. 23-36. FAMECOS, PUCRS.

Gonçalves, T. (Coord.) (2014). *Públicos e Consumos de Média. O consumo de notícias e as plataformas digitais em Portugal e em mais dez países*. Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).

INE (2021). Censos 2021 por concelho e regiões: Evolução 1960-2021. Consultado em 20 de abril de 2023 em <https://www.pordata.pt/censos/quadro-resumo-municipios-e-regioes/coimbra-474>.

Jerónimo, P., Ramos, G., & Torre, L. (2022). *Deserto de Notícias Europa 2022: Relatório de Portugal*. LabCom.

Jerónimo, P. (2012). *Origens e evolução do ciberjornalismo de proximidade em Portugal: O caso da imprensa regional*. Em J. Correia (Org.), *Ágora - Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidade* (pp.81-86). Livros LabCom.

Lopes, F., Fidalgo, J., Ribeiro, L. T., Rocha, R. P., & Barbosa, M. E. (2011). *Avaliação da Política de Incentivo à Leitura: Ex- “Porte-Pago”* (M. Pinto & H. Sousa, Eds.). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/ Universidade do Minho.

Lusa. (2007). “160 jornais perdem porte-pago a partir de hoje”. RTP.
https://www.rtp.pt/noticias/pais/160-jornais-perdem-porte-pago-a-partir-de-hoje_n41150.

Marques, C. (2008). *O Cidadão Jornalista: Realidade ou Ficção?* Universidade da Beira Interior.

Martinho, A. P., Paisana, M., & Cardoso, G. (2022). *Digital News Report 2022* (pp. 96–97). Reuters Institute.

Midões, M. (2021). *Reportagem de Proximidade: Como o Local se pode impor ao alinhamento nacional*. Em *Manual de Reportagem - REC (Repórteres em Construção)* (pp. 295–298). LAbCom.

Morais, R., Jerónimo, P., & Correia, J. C. (2020). *Jornalismo na Região Centro*. LabCom.

- Morais, R., & Sousa, J. (2012). *Jornalismo regional e redes sociais: entre as novas oportunidades de participação e a apatia participativa?*. Cuadernos de Información, (30), 21-30. Retirado de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/148936/2/591950.pdf>.
- Pascoal, I. (1996) *Os jornalistas da imprensa regional e os condicionalismos ao exercício da profissão*. Em Atas do III Congresso Português de Sociologia. Lisboa. 7 a 9 de fevereiro de 1996;
- Quintanilha, T. L., Paisana, M., & Cardoso, G. (2018, February 28). *A Imprensa Regional Portugal Como Pequeno Bastião da Imprensa Tradiocional no País*. Revista Portuguesa de Estudos Regionais, N°50;
- Ramos, G. (2021, December). *Deserto de Notícias: panorama da crise do jornalismo regional em Portugal*. Estudos de Jornalismo, (13), 30–51;
- Ribeiro, J. (2004). *Da política ao debate: jornalismo regional e espaço público*. Consultado a 14 de outubro de 2022, em <https://www.bocc.ubi.pt/pag/ribeiro-juliana-da-politica-ao-debate.pdf>;
- Rodrigues, C. (2012). *Jornalismo hiperlocal: sucessos e fracassos da informação de proximidade*. In J. Correia (Org.), *Ágora - Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidade* (pp. 189-201) Livros LabCom;
- Silva, M. T. D., Brites, M. J., Figueiras, R., Santos, S. C., Amaral, I., Marôpo, L. S. B., Jerónimo, P., Espírito Santo, P., & Pacheco, L. (2017). *Between traditional and social media: News repertoires in Portugal*. *Participations - Journal of Audience and Reception Studies*, 14(2), 283-300;
- Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo: A tribo Jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional* (Vol. II, pp. 77–94). Editora Insular;
- Vieira, S. (2014). *Jornalismo de proximidade e elites locais*. [Dissertação de Mestrado em Jornalismo, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <https://run.unl.pt/handle/10362/14456>

ANEXOS

Anexo1

SEAT Novo SEAT **Arona** Get carried away.

Consumos (litros/100km): 5,2 - 6,8. Emissões CO₂ (g/km): 101 - 150. Deixa-te levar.

14 DE OUTUBRO DE 2021 | QUARTA-FEIRA | 16º ANO | JORNAL REPUBLICANO ÓRGÃO REGIONAL E DAS BEIRAS NÃO GRANDES A INFORMAR

Diário de Coimbra

Fundador Adriano Lucas (1883-1950) | Director "in memoriam" Adriano Lucas (1925-2011) | Director Adriano Calê Lucas

Jornal Oficial Coimbra - Portugal

Queima das Fitas

01 Outubro 2021

Faltam 3 dias

José Francisco Rolo quer Câmara de "porta aberta" Oliveira do Hospital | P7

Investimento de **200 mil euros** da UC em obras na Associação Académica Requalificação | P7

MATERNIDADE PRONTA EM DEZEMBRO DE 2024

Concurso para o projecto de arquitectura do novo serviço de Obstetria e Neonatologia do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra vai ser lançado hoje [Página 3](#)



Ex-copeira confessa roubos nos HUC

Punha "pozinhos no chá" dos doentes para lhes tirar o ouro. Deixava para trás o que não interessava [Página 4](#)

ageas **FORUM PME GLOBAL** JUNTE-SE A NÓS! www.ageas.pt/conferencias HOTEL QUINTA

PR: Ageas Portugal, Conselho de Segurança de M... S.A.

Mancha Negra não vai apoiar Briosa frente ao Benfica B [Cartão do Adepto | P21](#)

Jogos Universidade de Coimbra regressam em Novembro [Desporto | P23](#)

Sector da pesca [do rio santos](#)



Projecto apresentado Amílcar Falcão e Alfredo Dias, reitor e vice-reitor da UC, e João Assunção

UC investe 200 mil euros em obras no edifício da AAC

Projecto Reitor, Amílcar Falcão, anunciou que os trabalhos de requalificação no exterior começam no próximo ano

Inês Morais

Foi apresentado ontem, ao final da tarde, na Rua Padre António Vieira, o projecto de revitalização do edifício da Associação Académica de Coimbra (AAC), numa cerimónia durante a qual o vice-reitor do Património, Edifícios e Infraestruturas da UC, Alfredo Dias, confirmou que o edifício «apresenta algumas fragilidades a diversos níveis», falhas

que foram levantadas nos últimos meses pela Direcção-Geral da AAC e pelas próprias secções. Justifica-se, portanto, um investimento, no valor de 200 mil euros, por parte de fundos da Universidade para a sua requalificação.

João Assunção, presidente da DG-AAC mostrou-se satisfeito pela intervenção, considerando o «investimento na Associação, um investimento em toda a Academia» e, por-

Para já a intervenção é no exterior do edifício, cumprindo-se uma promessa do reitor, que espera que PRR possa vir a financiar a obra no interior

tanto, «um investimento de risco zero».

O reitor da UC recordou que esta revitalização era um dos pontos do seu programa de candidatura e mostra-se satisfeito por poder cumpri-la. Este é, diz, «o primeiro passo, porque o miolo do edifício também irá ser objecto de requalificação logo a seguir», garantiu Amílcar Falcão.

Para já, as obras irão decorrer essencialmente no exterior do edifício e consistirão na reabilitação e conservação da cobertura (retirada do fibrocimento do telhado) e tratamento de infiltrações e juntas de dilatação dos três edifícios da AAC. Segundo o vice-reitor, não haverá nenhum constrangimento de maior para a comunidade que frequenta o edifício durante os meses de obra. Os projectos já foram delineados e após os licenciamentos necessários, será lançado concurso público para a execução da obra, informou.

As fases seguintes serão na parte interna do edifício, com intervenções nas instalações eléctricas e canalizações, renovação das casas-de-banho e melhoria da rede de telecomunicações. A questão dos acessos para pessoas de mobilidade reduzida tem sido discutida e será contemplada nas fases seguintes da requalificação, disse o vice-reitor. Para estas fases, Amílcar Falcão espera que existam verbas provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e PT20-30.

O edifício foi construído em 1961 e nunca teve intervenção de maior dimensão. Nos últimos anos têm sido várias as reivindicações das Secções e da Direcção-Geral para que se intervesse no edifício. «

Anexo 2

UC pode vir a perder mais de um terço dos docentes até 2030

Empregabilidade Reitor da Universidade de Coimbra, Amílcar Falcão, mostra-se também preocupado com o futuro dos jovens qualificados em Portugal e sobre a necessidade de novos docentes no Ensino Superior

Inês Morais

O reitor da Universidade de Coimbra (UC) mostrou-se ontem crítico acerca do futuro da empregabilidade nos jovens em Portugal, mas também sobre a perda de docentes da UC.

«Nós, Universidade de Coimbra, vamos perder um terço do corpo docente até 2030», afirmou Amílcar Falcão, durante a conferência de imprensa no âmbito da iniciativa "Dias de Empregabilidade", promovida pela UC.

«É um problema muito sério, desabafou, falando na necessidade de colocar de forma gradual novos docentes nas instituições de ensino superior, em Coimbra e nível nacional. Quanto à empregabilidade jovem, Amílcar Falcão admitiu que mudou muito nos últimos anos.

«Há 30 anos tirar um curso superior era um passaporte para ter um emprego razoavelmente bem remunerado, porém, hoje a situação é diferente», continuou, adiantando que as instituições de ensino superior estão



João Assunção, Amílcar Falcão e Cristina Albuquerque falaram sobre empregabilidade

«a formar cidadãos com qualificações para depois estar a pagar o ordenado mínimo», e rematou «isso não motiva ninguém». Por isso, refere que é fundamental apostar na «formação pessoal dos alunos, para além de tirar um determinado curso».

João Assunção, presidente cessante da Direção-Geral da Associação Académica de Coimbra,

marcou presença na sessão de apresentação do evento no qual, tanto a AAC, como os núcleos de estudantes foram indispensáveis para a sua realização.

E, tal como o reitor reforçou a ideia de que a empregabilidade sofreu alterações nos últimos anos e, por isso, «as universidades não devem ser pontes planas para os agentes económi-

cos e mercado de trabalho». Pelo contrário, defende que a «a função da universidade é de dar instrumentos e mecanismos para que um estudante saia um cidadão pleno, para depois encarar o mercado de trabalho de forma autónoma».

Para esse enriquecimento académico e pessoal, João Assunção destacou os «aspectos extracurriculares» que qual-

quer estudante de Coimbra pode usufruir na AAC, nas inúmeras vertentes (cultural, desportivas ou associativas), deixando o conselho aos estudantes para que «aproveitem essas oportunidades para o desenvolvimento pessoal».

João Assunção e reitor da UC concordam: "A empregabilidade mudou muito nos últimos anos"

É necessário «preparar os estudantes, desde o primeiro momento para se posicionarem face ao mundo que os rodeia», de forma a responder às novas exigências das empresas, afirmou a vice-reitora para os assuntos académicos e ação social, Cristina Albuquerque. O programa madza a ideia de que só podemos enquadrar-nos no mundo actual se soubermos aproveitar aquilo que temos, aquilo que construímos e o modo como nos posicionamos face aos outros, ressaltou.

Isto tendo em conta que as empresas valorizam hoje mais

Eventos em destaque do programa

Até ao próximo dia 3 de Dezembro vão decorrer diversas actividades que pretendem «promover diferentes reflexões e de construir visões clássicas das saídas profissionais». De destacar o evento "A UC vai à (Prova) Oral com Fernando Álvam, a decorrer no próximo dia 29 de Novembro, no TAGV, pelas 21h30. E no dia 3 de Dezembro decorre na Sala S. Pedro, na Biblioteca Geral da UC, a discussão "A conversa sobre Recrutamento e Inclusividade", onde participarão várias entidades empregadoras da região. «

as competências extracurriculares e pessoais do que a média final, concluiu Cristina Albuquerque.»

Anexo 3

23 DE OUTUBRO DE 2021 SÁBADO Nº 5166 DIÁRIO JORNAL REPUBLICANO ORGAO REGIONALISTA DAS BERRANÇAS 96 ANOS A INFORMAR 1€

Diário de Coimbra

Fundador Adriano Lucas (1883-1950) | Director "in memoriam" Adriano Lucas (1925-2011) | Director Adriano Calde Lucas

Jornal Oficial
Coimbra - Portugal

Queima das Fitas

01 Outubro 2021

Noite de Direito

TRIBUNAL CONDENA MADEIREIRO A PENA DE 18 ANOS DE CADEIA

Crime aconteceu em Março de 2017, em Tentúgal. Colectivo de juizes não teve dúvidas de que o arguido matou a vítima com "11 pancadas na cabeça" e que tentou, depois, "disfarçar" o crime pegando fogo à casa [Página 15](#)



Filas e espera de horas para comprar bilhetes

Milhares de estudantes (des)esperaram para garantir entrada para as noites da Queima das Fitas [Página 7](#)

Loja assaltada na Baixa ontem de madrugada

Suspeita do assalto, que partiu o vidro do estabelecimento, foi interceptada pela PSP com objectos furtados na sua posse [Página 2](#)

Padre Lucas Pio assume paróquias Arganil | P.8

Condenado burlão a partir da cadeia Tribunal | P.4

"O momento é agora e temos de o enfrentar"

João Carlos Pereira fala no jogo da Bétis, hoje, às 18h30, contra o Benfica | P.23



Vânia aposta em Inglaterra

Compra de bilhetes gera confusão e longas filas junto à Praça da Canção

Queima das Fitas Milhares de estudantes aguardaram em filas demoradas para adquirir bilhete e para trocarem pela pulseira de acesso e de "cashless"



Centenas de estudantes aguardavam em pé e sentadas para conseguirem comprar bilhete ou trocá-lo por pulseiras

Inês Morais

Filas intermináveis de estudantes à espera para conseguirem bilhete da Queima das Fitas foi o cenário que o Diário de Coimbra encontrou, na tarde de ontem, nas imediações do Praça da Canção, com alguns a queixarem-se de falta de informações e de membros da organização para dar explicações. O resultado foi a confusão junto às bilheteiras do recinto. Do lado da ponte de Santa Clara, a fila, com milhares de pessoas, chegava para lá do meio do tabuleiro, que tanto esperavam para comprar bilhete pontual ou geral, como para trocar o bilhete (já previamente adquirido) pelas pulseiras que lhes permitem o acesso ao recinto. Aliás, esta troca é umas das novidades introduzidas da Queima deste ano, mas que acabou, pelo que se percebeu no local, por complicar todo o processo. É que a pulseira tem o certificado de vacinação introduzido num chip para facilitar a leitura à entrada do recinto e os dados têm de ser passados dos bilhetes físicos para esse chip. Além disso há outra pulseira -Cashless- que serve para pagar os serviços disponíveis e que também esteve a ser entregue.

Or, este processo acaba por tornar a aquisição do bilhete mais demorada do que nas edições anteriores da Queima. Isso mesmo explicou ao nosso jornal alguns estudantes com quem conversámos. E o caso de um grupo de alunos do curso de Enfermagem que esperava há cerca de 45 minutos, debaixo de um sol quente, para conseguir comprar ingressos pontuais. Desde a chegada às imediações da Praça da Canção terão andado poucos metros. «A fila quase não andou desde que chegámos», comentaram, não escondendo a ansiedade pelo início da festa. Até porque vai ser a primeira Queima das Fitas desde que entraram no curso. À volta das bilheteiras forma-

ram-se filas enormes. Se o grupo de Enfermagem esperava do lado da Ponte de Santa Clara, do lado do Clube Náutico estavam também largas centenas de estudantes à espera para comprar bilhetes, como é o caso de Feliciano e Luísa, alunos do 2º ano de Direito que, no fim da fila, esperavam ansiosamente para comprar bilhete geral e poder usufruir da festa. Separadas e a crescerem para sentidos contrários, as grandes filas acabavam por dar ao local das bilheteiras que seriam em número reduzido, como se queixavam vários estudantes. A confusão que o nosso jornal encontrou ontem já teria ocorrido também na tarde de quinta-feira com longas filas de

pessoas para comprar outro cor o bilhete pelas pulseiras, como aliás confirmaram Sara Guerra e Joana Perreira. As alunas de Ciências Farmacéuticas, do 1º e 3º ano, respectivamente, contaram ao nosso jornal que na quinta-feira tinham esperado mais de quatro horas na fila para comprar bilhetes, mas sem sucesso. Desistiram e voltaram ontem à Praça da Canção e mesmo cenário. Por isso, optaram por comprar os bilhetes pontuais online. Porém, só depois da compra é que perceberam que teriam que ir na mesma para o final da fila para os trocarem pelas pulseiras necessárias para a entrada no recinto. Ou seja, voltaram à fila, chateadas por não haver «informação, nem membros da organização para organizarem as filas». «Estamos quase arrependidas de termos decidido vir à Queima das Fitas», desahufam. Ao final da tarde de ontem, a poucas horas da abertura do recinto, de acordo com o que foi possível confirmar, as filas e a confusão mantinham-se, com centenas de estudantes a manterem a esperança de não perderem a primeira noite de Queima das Fitas... após dois anos sem se realizar. «



Imediações do recinto estavam repletas de estudantes

Anexo 4

1 DE DEZEMBRO DE 2021 | QUARTA-FEIRA Nº 31.205 | DIÁRIO JORNAL REPUBLICANO ÓRGÃO REGIONALISTA DAS BEIRAS HÁ 91 ANOS A INFORMAR 1€

Diário de Coimbra

Fundador Adriano Lucas (1883-1950) | Director "in memoriam" Adriano Lucas (1925-2011) | Director Adriano Calé Lucas

Suplemento Saúde

Nesta edição

Campanha solidária para ajudar a pequena Lara Sofre de mutação genética rara | P14

Pesca da sardinha teve o melhor ano de que há memória Figueira da Foz assinalou encerramento da safra | P13

AUMENTO DE PROCURA ESTÁ A FAZER ESGOTAR AUTO-TESTES DE COVID

Na véspera do país entrar em estado de calamidade a maioria das farmácias de Coimbra já não conseguia responder aos pedidos. O mesmo nas grandes superfícies comerciais **Página 5**

São Silvestre bate recordes no regresso às ruas de Coimbra

Atletismo | P20

Mário Velindro aposta em modernizar modelo de ensino no ISEC

Novo mandato | P 4

Registados na cadeia de Coimbra 24 casos



Espírito invade

Apresentadas cinco semanas recheadas de atividades para alegrar tanto miúdos

Auto-testes quase esgotados em farmácias e grandes superfícies

Covid-19 Associação Nacional de Farmácias diz que haverá resposta para solicitações. Em Coimbra, um dia antes de o país entrar em estado de calamidade, a maioria já não tem como responder aos pedidos

Ana Margalho (com Inês Morais)

As farmácias, e também as grandes superfícies, começam a sentir na gestão dos seus stocks os efeitos do aumento de casos de Covid-19, assim como as regras definidas pelo Governo a entrar em vigor a partir de hoje (ver texto nesta página), da em que o país entra e se mantém pelo menos até 10 de Janeiro em estado de calamidade.

É certo que ontem, Ema Paulino, presidente da Associação Nacional de Farmácias (ANF) tranquilizou os portugueses, garantindo que as farmácias dispõem de quantidade suficiente para responder ao aumento da procura do serviço de realização de testes antigénio e auto-testes. No entanto, pelo menos em Coimbra, a realidade revela um cenário bem diferente e um pouco mais preocupante.

Nas grandes superfícies, seja hipermercados ou superfícies de comércio, será muito difícil encontrar auto-testes à Covid-19. Há alguns dias que estão esgotados e, de acordo como que o nosso jornal confirmou junto de alguns destes estabelecimentos, não havia



Majoria das farmácias do concelho já não têm auto-testes. Nas grandes superfícies estão esgotados

Há farmácias ainda com testes disponíveis

Como em todas as regras, há, obviamente, exceções e há ainda farmácias do concelho de Coimbra que, apesar de confirmarem um aumento muito considerável da procura de auto-testes, nomeadamente «nos últimos 15 dias», têm ainda alguns em stock.

É o caso da Farmácia do Monte Formoso que, como adiantou o responsável, tem ainda em stock alguns, correspondentes à procura dos últimos dois meses, confirmou o responsável. «Até agora não tivemos problema, mas não podemos garantir que assim será no futuro», continuou. Também a Farmácia da Conchada tem em stock, pelo menos para responder às solicitações até ao momento que, como também confirmou o responsável, «estão a ter um grande aumento».

«Nesta última semana o aumento da procura tem sido muito significativo, adiantou, confiante de que, apesar disso, com os auto-testes que a Farmácia da Conchada tem em stock, «não haverá falta nos próximos dias».

«Neste momento, não temos e, pelo que conseguimos perceber, está a haver muita dificuldade em encontrar farmácias que tenham», confirmaram ao nosso jornal. O mesmo acontece com a Farmácia Central, também na Baixa da cidade, onde a confirmação de «um aumento muito grande da procura, nos últimos dias» se junta a constatação de que, apesar das várias tentativas de encomenda, os auto-testes naquela farmácia

«estão esgotados», sem perspectiva de que possam estar de novo disponíveis para serem comercializados.

Em ambos os casos, provavelmente por se tratar de farmácias localizadas no centro da cidade, são essencialmente «os mais jovens, em particular estudantes» que procuram os auto-testes, «para participação em jantares e convívios», esclarecem.

De qualquer modo, e contrariando as declarações da responsável da ANF a ruptura de stock é generalizada. Na Farmácia Estádio, na Solim, a procura para agendamento de testes antigénio gratuitos tem sido ainda maior do que a de auto-testes, mas também aqui estes estão esgotados.

O mesmo acontece com a Farmácia S. Miguel, no Bairro S. Miguel em Fins. «Tem sido um corrúpio», confirmou o responsável ao Diário de Coimbra, adiantando que na semana passada ainda tinham testes para vender, mas que no sábado passado, que a farmácia esteve de serviço, «a procura foi uma loucura» e o stock esgotou. «Há pedidos, mas o fornecedor diz que só há para dia 7 que deve entregar».

O Diário de Coimbra contactou ainda um armazém, em Coimbra, que fornece testes antigénio e auto-testes a farmácias da cidade e também está a haver dificuldades em gerir stocks e encomendas. «Ontem, para fazermos face aos pedidos tínhamos de ter mais de seis mil testes disponíveis, mas os nossos fornecedores também não os entregam», esclarecem.

19 farmácias a fazer teste antigénio... difícil é agendar

EM COIMBRA Nem todas as farmácias «dizimos que a grande maioria do concelho estão a fazer o teste antigénio (cada cidadão tem direito a fazer quatro gratuitos por mês). De acordo com o que foi possível apurar, a realização de teste de testes obriga logística e meios humanos (para cumprir procedimentos) que grande parte das farmácias não consegue assegurar».



Testes nas farmácias em agendamento

firmava «a grande procura» de auto-testes e para agendamento dos testes antigénio, que são aqueles que são aceites (juntamente com os PCR) a partir de hoje para cumprir as novas regras do estado de calamidade (ver regras nesta página).

Agendar os testes parece estar a ser tarefa um pouco difícil e basta pesquisar o site onde tal é possível - agendamento, farmácias portuguesas? em - para confirmar a dificuldade. Para amanhã, por exemplo, já não há qualquer vaga em nenhuma das farmácias de Coimbra. E, para sexta-feira apenas estava ontem disponível uma vaga numa farmácia no período da manhã e outra no período da tarde.

REGRAS A PARTIR DE HOJE

Recomendações gerais:

- Testagem regular;
- Teste trabalho, sempre que as funções o permitirem;
- Uso obrigatório de máscara em todos os espaços fechados;
- Grupos;
- Restaurantes;
- Estabelecimentos turísticos e alojamento local;
- Eventos em lugares marcados;
- Grupos;
- Exigência de teste negativo obrigatório (mesmo para as pessoas vacinadas) no acesso a:
 - Vistos a borda;
 - Vistos a bordo em navios em estabelecimentos de saúde;
- Grandes eventos sem lugares marcados (ou em locais improvisados) e eventos desportivos;
- Discotecas e bares;
- Nas fronteiras;
- Teste negativo obrigatório para todos os voos que cheguem a Portugal;
- Sanções fortemente agravadas para as companhias aéreas.

Para a semana de 29 de Janeiro que será de controlo dos centros de saúde na época festiva, serão adotadas regras específicas:

- Teste trabalho obrigatório, sempre que as funções o permitirem;
- Recomeço das aulas a 10 de Janeiro;
- Encerramento de discotecas e bares.

Anexo 5

30 DE NOVENHO DE 2021 TERÇA-FEIRA Nº 3204 DIÁRIO JORNAL REPUBLICANO ÓRGÃO REGIONALISTA DAS BEIRAS ALEGRES AINFORMAR 1€

Diário de Coimbra

Fundador Adriano Lucas (1883-1950) | Director "in memoriam" Adriano Lucas (1925-2011) | Director Adriano Gallé Lucas

Especial
Climatização e Aquecimento

Nesta edição

COMO AQUECER E CLIMATIZAR UM AMBIENTE

BANCO ALIMENTAR RECOLHE 46 TONELADAS DE BENS EM COIMBRA

Ainda com limitações, mas já com voluntários de volta a 80 estabelecimentos comerciais do distrito, campanha deste fim-de semana teve "balanço positivo" [Página 2](#)

CTT lançam posta e carimbo sobre Coimbra - Capital da Gastronomia
[Efeméride | P3](#)

Ensaio inédito para ajudar crianças a treinar o cérebro em casa
[Investigação | P4](#)

ABERTURA **LIT**

TEMOS CONVITES PARA OFFERECER

Pág. 11

Produção do pastel de Tentiga encanta peritos em gastronomia
[Visita | P11](#)



Coimbra é cenário de gravações

Coimbra é cenário de "A Bela América" o novo filme de António Ferreira

Cinema Realizador volta a escolher a "sua" cidade para mais uma das suas longa-metragens. Desta vez uma tragédia e comédia social sobre Lucas, um cozinheiro pobre, e América, apresentadora e candidata a Presidente da República

António Ferreira escolhe a "sua" cidade para filmar "A Bela América" que estará n

Inês Morais

"A Bela América", o novo filme António Ferreira, está a ser gravado em Coimbra e promete atédia 18 de Dezembro, mexer com a vida da cidade. O Distrito de Coimbra decidiu ir acompanhar uma manha de filmagens para ver se desenvolvemos que projeto é este, afinal, de um realizador de Coimbra que faz questão de escolher a sua cidade como cenário dos seus filmes.

As gravações vão acontecer em vários pontos da cidade - Baba e Aka, Sé Velha ou Casa da Escrita - mas, para já, têm estado a decorrer na Cerca de Santo Agostinho, junto à Faculdade de Psicologia.

Gravações de "A Bela América" vão mexer com a vida de Coimbra até ao próximo dia 18 de Dezembro

O terreno "baldio" tomou-se o local ideal para retratar um aluano impositado no meio da cidade, onde a família de Lucas - a personagem principal - se alija depois de ser expulsa da sua própria casa, conta o realizador, em conversa com o nosso jornal. A situação familiar em fragil, mas o rumo da história levou que voltassem a ficar desajudados, devido a um incêndio na tal "barraca", como pudemos comprovar na manha de gravações.

As cenas gravadas envolveram um cenário trágico, após as chamas consumirem todo o espaço. Para tornar tudo mais real, a equipa de produção utilizou focos de fogo real e bastante fumo artificial.

O facto de estarmos no centro da cidade, com os barulhos próprios de uma manha agitada, não facilitou as gravações. E, apesar de todos os efeitos cinematográficos, as cenas ex-teriores tomam-se mais demoradas, devido à necessidade de repetir "takes". Nada que a equipa de produção e de actores já não estivesse a esper-



Gravações têm estado a decorrer na Cerca de Santo Agostinho, na Alta da Cidade, com grande parte do elenco presente



Actores Carlos Areia, Custódia Gallego e Estêvão Antunes contracenam no filme



António Ferreira dirige as gravações

lego, presença assídua em projetos do realizador.

Também a actriz, assim como Carlos Areia, que interpreta o pai de Lucas, falarão ao nosso jornal após mais um "take" dramático. «É mais uma de muitas famílias que existem neste país. São pessoas que vivem no limbo», revela.

Do outro lado da história está América, interpretada por São José Correia. Uma personagem que funciona como uma metáfora, explica-nos a actriz, que he dá o golpe. «Move-se pela ambição do poder e apoia a sua campanha nos mais pobres. É assim que conhece Lucas. A actriz trabalha pela primeira vez com António Ferreira, mas já o «ambicionava fazer», desde que assistiu ao filme "Embargo" (em 2010). Quando teve acesso ao guião ficou surpreendida com «as críticas inteligentes e consentido de humor» próprias das obras do realizador e não hesitou em aceitar. Já Estêvão Antunes leu o guião «em duas horas» e começou logo a preparar a sua personagem.

Custódia Gallego, Carlos Areia, São José Correia e Estêvão Antunes fazem parte do elenco do filme

A semelhança de "Esquece tudo o que te disse", outra longa-metragem de António Ferreira, este novo projeto também foi escrito com César Silva. Ficam, por isso, garantidos «drama e comédia ao mesmo tempo», assegura o realizador, deitando para que «a ideia é falar de uma coisa séria com uma certa ironia». «Tu que és filho de um cozinheiro, neto de um taberneiro, mas tens aspiração de ser um grande chefe, será que tens realmente uma chance?», questiona o realizador. O resto deixamos para quando o filme estiver nas salas de cinema do país. António Ferreira garante que na segunda metade de 2022 estaremos todos a conhecer quem, afinal, "A Bela América"...